

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 033

PRESIDENTE - DEPUTADO WAGNER RAMOS

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Boa-tarde a todos!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública, com o objetivo de discutir o projeto de lei que altera o art. 6º da Lei nº 7.040, que dispõe sobre a eleição dos diretores escolares.

Convido para compor a Mesa: a Deputada Verinha Araújo; o Professor Antônio Carlos Máximo, Secretário-Adjunto de Política Educacional; a Srª Aparecida Cortez, Presidente do SINTEP; o Sr. José Guedes de Souza, Prefeito de Rondolândia; e o Deputado Carlão Nascimento.

Agradecemos a presença do Sr. Orlando Nunes Maciel, Vereador de Rondolândia; do também Vereador de Rondolândia, Sr. Aguinaldo Rodrigues; do Sr. Cleiton Chaves de Oliveira, da Escola Estadual Gaspar Dutra, de Barra do Garças; do Sr. Alberico Rocha Lima, da Escola Estadual Dom Bosco, de Barra do Garças, da Srª Cláudia Marques Rocha, representando a Assessoria Pedagógica de Barra do Garças; do Sr. Luiz Carlos Cravo, Diretor da Escola Estadual Padre Wanir Delfino César; da Srª Angélica Ramos de Souza, representando a SEDUC; da Srª Nilse Guirardo, representando o SINTEP; da Srª Margarida de Andrade, Diretora da Escola Historiador Rubens de Mendonça; da Srª Célia Lúcia Garcia, Coordenadora da Escola Historiador Rubens de Mendonça; do Sr. Marcínio Benedito de Oliveira, líder da equipe de Educação Especial; da Srª Roseli Campos de Arruda Costa, da SEDUC; da Srª Iracema Moreira, da SEDUC; da Srª Rosângela de Almeida, da SEDUC; do Sr. Nilton Coelho Pereira, Superintendente de Gestão Escolar; do Sr. Humberto Rosa, Assessor e Superintendente Escolar; da Srª Marina Albuês Santiago, da Escola Estadual Manoel Gomes; da Srª Telma Maria Silveira, do SINTEP; do Sr. Romeu da Cunha, do SINTEP de Cuiabá; da Srª Enilza Pacheco de Almeida, da SEDUC; da Srª Renata Cabreira, da SEDUC; do Sr. Jonas Sebastião da Silva, Assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil; da Srª Sônia Arruda, Assessora Técnico-pedagógica; da Srª Rosângela Torres, da Escola Estadual Gustavo Kulmman; da Srª Jurani de Campos, Superintendente Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Escolar; da Srª Mairce Ribeiro, da Escola Especial Livre Aprender; da Srª Adila Andrade, da SEDUC; do Sr. José Donizete Ribeiro, Professor da Escola Nadir de Oliveira, em Várzea Grande; da Srª Rosa Maria Delgado, da Escola Manoel Gomes, em Várzea Grande; do Sr. Rogério Lima, do Colegiado de Diretores de Várzea Grande; da Srª Almezina Francisca, da Escola Heráclito Laércio Monteiro; da Srª Gisa de Oliveira Silva, Professora da Escola Heráclito Laércio Monteiro; do Sr. Dorival Soares Silva, Presidente do Conselho Deliberativo da Escola Estadual Presidente Médici; da Srª Maria Pinto da Fonseca, Coordenadora da Escola Dom José do Despraiado; da Srª Maria Sueli Garute, do Colégio Alice Fontes Pinheiro; da Srª Janice Fátima de Figueiredo Romero, Diretora da Escola Dom José do Despraiado; da Srª Alina Mendes da Silva, Professora da Escola Dom José do Despraiado; da Srª Denize Pinheiro, Diretora da Escola Alice Fontes Pinheiro; da Srª Vera Lúcia de Moraes de Deus, Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Dom José do Despraiado; da Eliza

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Pereira, representante do Conselho da Escola Estadual Alice Fontes Pinheiro; do Sr. José Frederico de Souza, Professor da Escola José Leite de Moraes; da Sr^a Ângela Maria Garcia, Professora da Escola Padre Ernesto Camilo Barreto; da Sr^a Maria Abadia Ribeiro, Professora da Escola José Leite de Moraes; da Sr^a Silvina, Pedagoga; da Sr^a Neuza Gomes Bezerra, Coordenadora da Escola Estadual Rodolfo Augusto; do Sr. Sávio de Brito Costa, Diretor da Escola Estadual Rodolfo Augusto; da Sr^a Alzira Benedita Ferreira de Melo, Diretora da Escola Joaquina Caldas; e do Sr. Wilson Aguiar, representando a Senadora Serys Shlessarenko.

Gostaria de observar que caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, estritamente sobre o assunto, poderá fazê-lo através de inscrição, junto ao Cerimonial, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá direito a três minutos para resposta.

Nós estamos com a Lei nº 7.040, que permite a recondução do diretor por vários mandatos consecutivos, causando um desgaste natural entre a comunidade estudantil, sociedade e funcionários da rede.

Dessa forma, para evitar a reeleição, de forma contínua, de um mesmo diretor ou diretora, propomos a recondução por uma única vez, proporcionando uma alternância salutar na direção das escolas da rede pública. Por isso, estamos apresentando aqui um projeto de lei que altera o art. 6º da Lei nº 7.040, de 1º de outubro de 1999, e dá outras providências.

Concedo a palavra, ao Professor Antônio Carlos Máximo, Secretário Adjunto de Política Educacional.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite da Assembléia Legislativa para esta Audiência Pública, que eu acho de extrema relevância, para discutir exatamente um dos pontos cruciais hoje da educação brasileira, que é o problema da gestão.

Está de parabéns a Assembléia Legislativa. Estão de parabéns os Deputados que fizeram o projeto de lei.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença dos diretores, dos professores, das professoras, do pessoal da SEDUC.

Eu vou dizer, em rápidas palavras, qual é o nosso pensamento hoje com relação à gestão educacional e com relação, especificamente, ao projeto de lei em tramitação na Assembléia Legislativa.

Em primeiro lugar, eu acho que o projeto de lei veio em boa hora, porque ele toca numa discussão que estava latente e aborda algumas questões que já martelava na cabeça de muita gente há um certo tempo.

Eu gostaria de dizer que a gestão democrática em Mato Grosso foi uma opção feita há um bom tempo atrás e eu participei um pouco desse debate, muito por fora. Eu estava chegando a Mato Grosso, eu tinha chegado em 1984, eu tinha só quatro ou cinco anos de Mato Grosso naquela época. Um dos pontos-chaves pelos quais a eleição foi aprovada, a gestão escolar passaria a ser conduzida pelo diretor eleito, era, na verdade, o medo do concurso público. Eu me lembro muito bem que quando fui professor em São Paulo durante três anos numa escola de ensino médio, o diretor já tinha vinte e um anos no cargo, conduzido por concurso público, faltava uns sete ou oito anos para se aposentar e não tinha nenhum entusiasmo mais para tocar a escola, para elaborar projeto, para fazer nada. Então, a eleição, Deputado, foi aprovada, na época, entre outros motivos também, em função do medo do cargo vitalício, e o concurso público traz a vitaliciedade. Hoje, essa discussão já é velha, porque há formas de concurso mais modernas, mas esse não é o caso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero dizer que, no nosso entendimento, a gestão democrática é ferida, profundamente, a partir de três pontos. Eu quero considerar três pontos chaves que devem ser evitados de qualquer maneira, para não ferir exatamente a natureza do princípio da democracia na escola.

Primeiro ponto, Deputada Verinha Araújo, que eu gostaria de abordar diz respeito ao caráter e à natureza pedagógica do processo eleitoral. Todas as vezes que a eleição de diretor não é revestida de um caráter pedagógico, ela perde o sentido. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que a eleição na escola não pode ser confundida com eleição partidária. Infelizmente, a Secretaria de Educação errou muito nisso, até na legislação e na normatização da SEDUC, que nós estivemos estudando esses dias, é quase uma cópia da legislação eleitoral. Quase uma cópia. E não é isso eleição de diretor. A eleição de diretor tem que ser um processo educativo para que os adolescentes e jovens comecem a votar mais cedo e, com isso, eles comecem a apurar os critérios de escolha, porque o jovem, o adolescente, vota duas vezes para diretor da escola e, depois, já vai escolher o presidente da República, já vai escolher o prefeito, já vai escolher o governador, com dezesseis anos. Portanto, é muito importante que a eleição não seja um mero processo eleitoral, mas que ela tenha rigorosamente como objetivo e como prática a educação dos jovens e adolescentes para, uma vez habilitados a votar na sociedade, que eles consigam escolher melhor, ter mais critério para escolher o presidente da República, o prefeito, o governador, o vereador ou o deputado.

Então, vejam, o processo eleitoral tem que ser revestido dessa natureza pedagógica, exatamente para ser educativo. Se não for educativo, o princípio básico da eleição na escola se perde e acaba sendo uma eleição comum. É isso que eu quero distinguir. A eleição na escola não pode ser uma eleição comum, como se faz para o Legislativo municipal, para o Executivo municipal. Como é um cargo de natureza executiva, ela deveria ser precedida de debates, mas de debates com critérios, não só daquele debate eleitoreiro, em que os alunos participassem da construção das propostas, que discutissem a construção das propostas dos candidatos, que participassem de modo efetivo, os pais também. Há escolas que fazem isso. Nós temos conhecimento de escolas que conseguem fazer esse processo. Outras escolas não fazem esse tipo de trabalho e acabam fazendo um processo mais simples. Então, esse é um ponto que fere profundamente o princípio democrático da gestão escolar, quando a eleição de diretor não se reveste desse caráter educativo, desse caráter pedagógico, que leva as crianças e os jovens a aprenderem a votar melhor na sociedade.

Um segundo ponto que fere de morte, eu acho, o processo democrático na escola, a gestão democrática, é a não-eleição. Deixar de realizar as eleições por falta de candidato, isso fere profundamente todo processo, porque, uma vez que a escola não escolhe ninguém, o Poder Executivo é obrigado a indicar um diretor, aí ele volta a ser cargo de confiança. Então, é preciso fazer um esforço tremendo para convencer professores da escola da importância de se fazer a gestão do bem público. A escola é uma estatal, uma escola financiada com recurso público e, por isso, ela se reveste de importância. É uma atividade muito digna e necessária gerir a coisa pública. Por isso, é importante também não se deixar perder nesse aspecto. Fere, profundamente, a democracia na escola, quando ela não elege nenhum diretor e deixa para o Poder Executivo a tarefa de nomear.

Terceiro ponto que eu acho que fere de morte a gestão democrática na escola é a não-alternância de poder. Eu vou discutir aqui um conceito muito claro, muito usado na ciência política, o conceito de oligarquia. O que é uma oligarquia? Oligarquia não é coisa de direita, de esquerda ou de centro. Oligarquia é uma forma de conduzir o poder. Você tem oligarquias sindicais, oligarquias partidárias. Como elas são conduzidas? Elas são conduzidas uma vez com a liderança e, depois, no exercício do poder, no exercício do mandato. O governante, o que faz? Começa a criar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

estruturas para sufocar a oposição, começa a criar mecanismos que não permitem à oposição respirar. Isso é extremamente perverso para a democracia. O que significa? Significa que o diretor na escola, durante um mandato, dois mandatos, três mandatos, ele se consolida de tal forma que novas lideranças não aparecem, pessoas que gostariam de participar do processo e qualificar para isso acabam sendo desencorajadas, porque a maioria está vinculada àquele mandatário. Então, o princípio da oligarquia não combina com o princípio da democracia. É incompatível, não há como ser democrático e manter uma forma de governo oligárquico. E nós não podemos permitir que as escolas formem oligarquias. Aliás, se é para ficar um oligarca no poder... Eu não estou falando oligarca em tom pejorativo, de caráter moral ou ético, estou falando em cima do princípio da ciência política. Se o oligarca fica no poder muitos anos, ele acaba atirando no próprio pé, porque ele mata o próprio processo democrático que o conduziu para o poder. Então, nesse sentido, não há como dizer que permanecer no poder três, quatro mandatos seguidos seja algo democrático. Por quê? Porque, como já disse, sufoca novas lideranças, sufoca novos talentos, sufoca professores que querem se expor, mas, às vezes, são desencorajados, porque não encontram estrutura suficiente para disputar um mandato. E as reclamações são muitas. Na SEDUC, chegam reclamações o tempo todo. Isso significa que todos os diretores têm espírito oligárquico ou são verdadeiros mandarins locais? Não, necessariamente. Há diretores que são até forçados a um terceiro mandato. Há diretores que assumem quase na marra um terceiro, quarto mandato, porque, às vezes, não tem ninguém na escola encorajado para participar desse processo.

Então, eu gostaria de deixar essa posição para o debate e três pontos que eu acho fundamentais para serem discutidos, que penso quebrarem a lógica da democracia: um, a natureza não pedagógica do processo; segundo, essa idéia de que, uma vez eleito pelo processo democrático, se pode interromper o processo democrático, sendo conduzido várias vezes ao poder; e, terceiro, falta de eleição, pois sem eleição também matamos o processo eleitoral. Então, são esses três pontos que eu gostaria de colocar para o debate e, com certeza, outras contribuições virão no decorrer das exposições da Mesa. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos o Secretário Adjunto de Políticas Educacionais, Professor Máximo.

Queremos agradecer a presença da Sr^a Vilma Moreira do Santos Oliveira, Vereadora do Município de Rondonópolis.

Neste momento, passamos a palavra à Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde!

Quero cumprimentar todos os nossos colegas, queridas educadoras e educadores, presentes nesta Audiência Pública.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Wagner Ramos, que assumiu a defesa do projeto de lei da Deputada Ana Carla Muniz, alterando ao art. 6º da Lei nº 7.040.

Quero cumprimentar o Sr. Máximo, que é o Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Educação; o Prefeito de Rondolândia; a Sr^a Aparecida Cortez, representando o SINTEP; o Deputado Carlão Nascimento, que é membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa.

Na verdade, quando a Deputada Ana Carla Muniz apresentou a proposição alterando a Lei nº 7.040, aqui na Assembléia Legislativa, nós, na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, assumimos a relatoria. Eu sou a relatora dessa proposição. Isso foi em meados de junho. Depois veio o recesso. Nós aguardamos o recesso para podermos realizar a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Audiência Pública, e foi a própria Deputada Ana Carla Muniz quem entrou com o pedido de realização desta Audiência Pública, antes de assumir a Secretaria Estadual de Educação.

Hoje é o primeiro momento de debate, eu acredito que serão necessários outros momentos e vou dizer porquê. Na verdade, quando nós formulamos a primeira proposição de gestão democrática, ainda era a antiga AMPE - Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação, que ficava aqui na Barão de Melgaço. Quem sentou para redigir o projeto, para fazer uma proposição inicial, foi o Professor João Mulevadi e a Sr^a Marília Salomoni. Na verdade, esta foi uma primeira proposição, que acabou vindo para a Assembléia Legislativa. Essa proposta da AMPE foi apresentada em negociação com o Governo do Estado na época, foi em 1989, portanto, ainda antes de assumir o Governador Jaime Campos.

Nós trouxemos aqui para a Assembléia Legislativa a proposição, que foi aprovada, e houve a primeira eleição. Na verdade, as eleições anteriores ainda não eram regulamentadas em lei. Depois, quando o Governador Jaime Campos assumiu, vocês se lembram, foi cassada a eleição direta de diretor de escola, vários diretores perderam, daqueles que se submeteram ao Governo, alguns foram mantidos, ou mesmo até coercitivamente foram mantidos, por conta do cargo que exerciam, muitas vezes nem pela vontade, mas por uma imposição.

Em Barra do Garças, tem uma professora que escreveu uma tese sobre isso. Em Barra do Garças, houve até policiais, no dia da eleição dos diretores, que entraram nas escolas e recolheram as urnas para que não ocorressem as eleições diretas para diretores de escolas. Então, tem toda uma luta da categoria. De lá para cá, no Governo Dante de Oliveira, houve um debate, conferências, vocês se lembram das conferências realizadas, que culminaram com essa outra proposição que chegou à Assembléia Legislativa. Depois a Cida vai contar mais sobre isso.

Por que eu teimei muito para que nós fizéssemos um debate, começássemos um debate? Porque eu me lembro que, na conferência aqui em Cuiabá, nós discutimos a Lei de Gestão Democrática no município e essa questão de uma reeleição ou reeleições dividiu muito a categoria. Eu me lembro que entre os professores nós víamos uma busca muito grande que houvesse só uma reeleição. Mas quando nós fizemos a conferência, com a presença dos pais, dos alunos, da comunidade, nós percebemos que mudou, porque nós tínhamos um outro olhar também, um outro argumento que era da comunidade escolar, que não eram aqueles que estavam no dia-a-dia com o diretor, mas aqueles que nós falamos clientes, eu não gosto muito desse termo, mas que são as pessoas que precisam da escola pública. Na verdade, passou na conferência municipal daqui e nós deliberamos a gestão da rede municipal no ano passado, passou pela Câmara Municipal, com reeleições. Ela passou na conferência municipal.

Então, aqui na Lei nº 7.040, conforme está escrito no art. 6º: “O período de administração do diretor corresponde a mandato de dois anos, permitida a recondução”. Ou seja, não fica muito claro pela leitura, ou mesmo pelo o que está escrito aqui, se é uma ou duas. E aí a Deputada Ana Carla Muniz adiciona uma única recondução, ou seja, apenas uma única recondução. Então, nesse sentido até quero comentar algumas coisas que o Professor Máximo colocou aqui. A questão do cargo vitalício, eu não concordo com isso, que a Lei de Gestão Democrática veio para corrigir o medo do cargo vitalício. Não foi para isso. Na verdade, existia, e há uma história, e quem rebuscar hoje na história da gestão democrática do Estado vai saber que há inclusive um bairro, parece-me que o Quarta-feira ou o Bela Vista, que foi o primeiro bairro a realizar eleição direta para diretor de escola. Então, há uma história de construção em relação a isso. Não é algo que chegou de cima para baixo. Houve uma busca por isso.

Sobre a questão do ato de votar, eu não vejo que a gestão democrática ou a eleição de diretor de escola seja única e exclusivamente para eleger só o diretor de escola. Você elege o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

diretor, mas você elege o Conselho Deliberativo Escolar também. Você elege um Conselho que, pelo que está na legislação, deve acompanhar os atos da direção, deve formular junto, discutir a política pedagógica, etc. Então, hoje, se nós temos um problema, que é da perpetuação, da recondução do mandato, será que isso não é fruto, muitas vezes, do que nós vemos fora da escola? Será que o que acontece dentro da escola é diferente do que encontramos fora da unidade escolar hoje? Se hoje há essa fala do Professor Máximo de dizer que, na escola, a eleição já se transformou numa eleição como a que nós disputamos para vereador, deputado, presidente... Por que será que isso aconteceu? Nós não podemos também agora penalizar a eleição, ou o diretor, ou quem está no cargo, por conta de uma situação que não é só daquela unidade escolar, é uma realidade que enfrentamos. Como é que nós vamos enfrentar essa realidade? Como é que nós vamos discutir isso para mudar? Será que é permitindo uma única recondução? Ou nós que vivemos dentro de uma unidade escolar, fazendo esse enfrentamento, fazendo esse debate, muitas vezes, tendo que enfrentar mesmo quem está lá há dez, quinze, vinte anos... Então, eu faço um pouco também essa reflexão, mesmo porque eu não acredito, por exemplo, que a questão das oligarquias seja reproduzida nas unidades escolares. É culpa de quem está lá. Muitas vezes, é mesmo, até porque a forma autoritária das relações que se dá na escola, muitas vezes, é reflexo dessa sociedade em que a gente vive, que a democracia é uma construção.

Eu, como relatora, gostaria de discutir mais, de ouvir mais, ouvir os colegas que não estão no cargo, que muitas vezes têm conflitos, enfrentam conflitos nas unidades escolares, em relação a quem exerce o cargo de diretor, a quem está no cargo, que muitas vezes é obrigado a se reconduzir. Por que ele é obrigado a ser candidato? Por que será que não tem alguém na escola que aceite ser diretor? Também é preciso discutir. Por que só uma pessoa se propõe e outras não? Nós precisamos discutir as condições em que essa pessoa que exerce o cargo de diretor se encontra na unidade escolar.

Eu queria fazer essa reflexão inicial. Acho que nós temos que fazer o debate, porque nós Deputados vamos ter que deliberar sobre isso aqui. Seria importante que os outros Deputados estivessem aqui, estivessem ouvindo os colegas, porque da experiência que eu tive, que eu acompanhei em relação a essa questão, que eu achava, inclusive, que uma grande parte da categoria era a favor de ter só uma recondução, quando eu fui para a conferência, eu me surpreendi com os outros setores, que tinham outros olhares e que não tivemos a oportunidade de escutar, mas escutamos na conferência. Por isso, é importante fazermos o debate, para tomar a melhor decisão possível e não restringir a gestão democrática apenas a eleger só o diretor de escola, mas discutir além do papel do diretor, que é o Conselho, que é a escola como um todo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passamos a palavra ao Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Wagner Ramos, que preside esta Audiência Pública; Deputada Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa; Professor Máximo, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Educação; Sr. José Guedes, Prefeito do Município de Rondolândia; Sr^a Aparecida Cortez, Vice-Presidente do SINTEP; colegas profissionais da educação, diretoras, diretores de escolas, companheiras e companheiros da SEDUC e todos os senhores com quem tive a oportunidade de conviver, praticamente por dois anos, como Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso:

Quero dizer que desde o primeiro momento que esta matéria foi apresentada aqui na Casa, nós tivemos a tranquilidade, tanto eu quanto a Deputada Verinha Araújo, que somos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

profissionais da educação e que, eventualmente, estamos aqui na Assembléia Legislativa, tivemos o cuidado suficiente de discutir juntos e dizer que íamos fazer uma consulta à sociedade, ou melhor, à comunidade escolar, porque não se muda uma lei que foi tão bem discutida com a sociedade.

A Deputada Verinha Araújo falou da construção que foi feita. Tive a oportunidade de acompanhar, não só como professor, mas como membro efetivo da Associação Mato-Grossense dos Professores, em toda mudança de Governo, as mudanças que tinham na educação, as demissões que tinham em cada greve que se fazia. Então, eu acho que não dá para mudar algo sem discutir com a comunidade.

Eu, particularmente, no dia que a Deputada Ana Carla Muniz, hoje Secretária de Educação, apresentou esta matéria, tive a oportunidade de manifestar, naquele momento, na mesma Sessão - a Deputada Verinha Araújo fez a mesma coisa, inclusive combinamos -, de fazer essa discussão.

Eu acho que quando se propõe fazer uma determinada mudança, primeiro, tem que ter uma justificativa. Em todo e qualquer projeto de lei que vem a esta Casa tem que ter uma justificativa. Não sei se os profissionais da educação têm conhecimento da justificativa que está aqui. Vou pedir até para ler.

Temos aqui o projeto de lei. “**Art. 1º** Fica alterado o art. 6º da Lei 7.040, de 1º de outubro de 1998...”. E aí, a nova redação.

A justificativa diz o seguinte:

“A Lei nº 7.040 permite a recondução de diretores em vários mandatos consecutivos, causando um desgaste natural entre a comunidade estudantil, a sociedade e o funcionário da rede.

Desta forma, para se evitar a reeleição de forma contínua de um mesmo diretor ou diretora, propomos a recondução por uma única vez, proporcionando uma alternativa salutar à direção das escolas da rede pública.

De modo, confiando na sensibilidade dos nobres Pares, apresento a presente propositura para sua aprovação.

Deputada Ana Carla Muniz - PPS”

Quer dizer, algo que discutimos tanto, vocês sabem da dificuldade que tivemos para estabelecer essa lei, que trata não só da gestão democrática das escolas, mas da carreira dos profissionais da educação no Estado de Mato Grosso. Isso foi uma construção que não foi fácil. Foi preciso ter um governo que tinha vontade de fazer e, claro, a categoria organizada cobrando através do sindicato.

Com essa justificativa, não tenho como votar esse projeto de lei, a não ser votar contra essa propositura.

Pegando aqui, e sei que não era nem só intenção da Deputada, mas aqui está defendendo uma política que já é do Governo, porque nós ouvimos aqui também a SEDUC, o representante do Governo, falando uma série de coisas, dissociando eleição de vereador, de deputado, de prefeito, com eleição de escola. O que eu vejo é um aperfeiçoamento. Em qualquer que seja a eleição, você está aperfeiçoando. Se é eleição de bairro, lá no nosso bairro, é discutida politicamente, botando partido político. Nós temos que abrir isso. Eu não vejo por que o partido político não pode estar dentro da escola, não pode estar... Tem que estar em tudo quanto é lugar. Nós só vamos melhorar a classe política, essa classe política que faz essas leis que temos que cumprir, se estivermos preparados lá na base. Então, acho que a discussão tem que ser em todos os níveis dentro da própria escola.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Portanto, eu vejo, e vocês agora, a propositura da Deputada Ana Carla Muniz, que é hoje a Secretária de Educação... Tive a oportunidade de ir à posse da Secretária, até porque recebemos o convite e tivemos todo um convívio aqui dentro. Tenho o maior respeito por ela, mas fiquei horrorizado com o que foi colocado pelo ex-Secretário de Educação, Dr. Gabriel Novis Neves. Ele disse que aquela Secretaria só teve, até então - e eu passei por lá, por isso estou aqui colocando isso -, bagunça, que lá foi uma bagunça generalizada, que se gastou adoidado, que se fez festa, que se fez coisas e que pela primeira vez na vida as escolas passam a receber dinheiro. Quer dizer, não conhece a própria lei da gestão democrática, que garante os recursos automáticos às escolas. Como se tudo o que aconteceu nesses seis meses na educação foi o eldorado da educação, que transformou a educação em um canteiro de formação continuada. Espera aí! Vocês são profissionais da educação e sabem da luta que temos pela educação, de longas datas, de vários e vários governos. Agora dizer para mim que em seis meses modificaram tanta coisa na educação? Eu pergunto: qual é o projeto novo que fizeram para a educação do Estado de Mato Grosso nesses seis meses? Eu não vi nada de novo. Nada. Absolutamente, nada. Quer dizer, eu fiquei muito revoltado, porque estava lá na posse, por ouvir tanta barbaridade, como se porque o novo entrou no Palácio agora, que está tudo novo.

Vocês querem ver uma coisa nova que aconteceu aqui, agora em junho? O Governo do Estado mandou para cá um projeto de lei isentando do ICMS as prefeituras na compra de equipamentos. No meio desse projeto de lei apareceu um artigo que isentou, no Estado de Mato Grosso, quatro grandes empresas da área da soja. Isentou essas empresas do pagamento do ICMS...

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Deputado Carlão Nascimento, quero convidar a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, para compor a Mesa.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Colegas da educação, eu quero dizer que essas coisas acontecem no Estado.

Eu quero me colocar aqui à disposição dos profissionais da educação. Vim aqui mais para ouvir. Vocês podem ter certeza de que terão, da minha parte, uma posição muito clara. É preciso ter convencimento para que eu possa votar favorável a essa matéria. Se eu for convencido por este plenário, aqui estou para isto, votarei com os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso.

Eu vou ficar por aqui porque quero falar mais tarde um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos o Deputado Carlão Nascimento.

Agradecemos a presença do Diretor do Departamento de Cultura de Tangará da Serra, Sr. Carlos Antônio.

Queremos convidar, para fazer parte da Mesa, o Secretário Municipal de Educação de Tangará da Serra, Professor Fábio Martins Junqueira.

Neste momento, passamos a palavra à Sr^a Aparecida Cortez, Vice-Presidente do SINTEP.

A SR^a APARECIDA CORTEZ - Boa-tarde, Deputada Verinha Araújo, Deputados, Prefeitos, Secretários. Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Já foi falado aqui na Mesa do quanto a Lei nº 7.040, que é a nossa Lei de Gestão Democrática, é cara aos profissionais da educação.

Essa lei foi construída com o suor de cada uma e de cada um que estão lá no ambiente de trabalho, fazendo a educação de Mato Grosso ser colocada como referência em nível, inclusive nacional.

Nós entendemos a autonomia desta Casa de Leis, mas queremos aqui também deixar, como aviso, que esta Casa tem que obedecer, tem que respeitar a construção que foi feita

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

pelos companheiros e companheiras, quando fizeram a sua discussão da Lei de Gestão Democrática, principalmente quando essas alterações que estão sendo colocadas trazem embutida no bojo uma culpabilização por algo que a Secretaria ainda não conseguiu realizar. Da forma como ela vem sendo conduzida e pelo uso das palavras, fica aqui uma responsabilidade, para nós que fazemos a educação lá no interior da escola, pelo resultado dos fracassos.

Discutir gestão democrática não é discutir apenas o artigo, alteração a inclusão ou a supressão de determinados artigos, é discutir sua concepção, a sua autonomia. Fica difícil falar em democracia quando o nosso ambiente escolar, o projeto político pedagógico nosso não é respeitado, essa avaliação não é feita de forma sistêmica, apenas uma das partes é avaliada; a gestão financeira também não está sendo pontuada, as nossas reivindicações, as nossas pautas encontram-se paralisadas na Secretaria de Educação; e, principalmente, quando a Secretaria não é capaz de encaminhar e de fazer as devidas correções para que a gestão realmente aconteça.

Dentro da Lei de Gestão Democrática também está a formação continuada para os diretores, coordenadores, conselhos deliberativos. E essa Secretaria nos deve. Nós aprovamos na conferência feita em 1996 que a cada dois anos nós teríamos uma conferência, em que faríamos uma avaliação para que nós, conjuntamente, coletivamente, pudéssemos estar fazendo aperfeiçoamento. Isso ainda não foi feito.

Nós temos uma lei que foi aprovada em 1998 e até hoje a Secretaria não promoveu essa conferência. Portanto, neste momento, quando coloca os profissionais que estão na direção como aqueles que estão formando cartéis, oligarquias, é dizer que nós é que estamos praticando algo que está fora da lei. Isso é inadmissível. Nós, enquanto profissionais, queremos fazer essa discussão. Não podemos esquecer também que se existe autoritarismo, intervenção partidária, a própria Secretaria também faz isso. Então, nós também queremos pontuar, neste momento, que é preciso também discutir essas outras práticas que vêm sendo colocadas pela própria Secretaria. Nós, profissionais, em nenhum momento, nos omitimos ou rejeitamos nos avaliar, mas é preciso que essa avaliação não seja apenas uma parte e, principalmente, com caráter de retaliação e de fazer a discussão em apenas uma ... (PALMAS).

Nós queremos que os projetos e programas desenvolvidos pela escola sejam debatidos na nossa unidade escolar, que tenham a nossa participação e que não sejam feitos de cima para baixo. Isso também é democracia.

Nós não queremos participar como, por exemplo, neste momento, que estamos sendo chamados para participar da conferência sobre certificação e não ter garantia da paridade, não ter garantia dos critérios mais claros, melhores definidos, para que nós, ao fazermos, ao participarmos, possamos trazer nossas contribuições efetivas.

Queremos aqui também dizer que não pode ter democracia quando a Secretaria chega na escola, manda juntar turmas, dispensa professores, enquanto temos processos parados na Secretaria de homologação de estágio probatório, de elevação de classe. Isso também faz parte da discussão e deveria estar sendo debatido aqui nesta Mesa.

Então, para nós discutirmos a gestão não pode ser só numa audiência. Queremos louvar a iniciativa da audiência, mas ela é insuficiente, porque essa lei é fruto de um debate que aconteceu em cada unidade escolar e foram sendo feitos os debates nos municípios, terminando, culminando numa Conferência Estadual, em que definimos princípios que deveriam reger a lei. É claro que muito do que nós debatemos, enquanto categoria, os Parlamentares não contemplaram. Mas nesse momento, alterar apenas esse artigo, que também não está muito claro, concordo plenamente com o Deputado Carlão Nascimento quando leu a justificativa, porque através dela não dá para entender qual a razão que foi feita essa proposta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Então, queremos aqui reiterar nossa posição de que qualquer alteração nessa ou naquela legislação que envolva a categoria, ela deve passar por um processo de debate junto à categoria e só depois fazermos as nossas intervenções aqui. E aí nós estamos também aqui nos colocando para fazer esse debate, inclusive do que ainda está pendente e que não foi contemplado. Temos as escolas que foram estadualizadas em 1998 e até agora os diretores são indicados. Portanto, se nós estamos já fazendo esse debate em torno disso, isso também deveria estar aqui contemplado. Nós temos os que ainda são indicados, que são os das escolas que foram estadualizadas, sendo que umas pertenciam à Maçonaria, Deputado Carlão Nascimento. Portanto, se nós vamos mexer na lei, temos que mexer como um todo, mas que isso seja fruto do debate com a categoria. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos a Sr^a Aparecida Cortez, representando o SINTEP de Mato Grosso.

Convidamos, para fazer uso da palavra, o Sr. Wilson Aguiar, que dispõe de três minutos.

O SR. WILSON AGUIAR - Boa-tarde à Mesa. Boa-tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que sou contra a reeleição. Debati muito isso no fórum municipal, mas não conseguimos reverter isso em lei, apesar de ser um local adequado, era um fórum. E aí eu convido a Assembléia Legislativa a instalar o Fórum Estadual de Educação, para debater todas as questões educacionais que estão pendentes no Estado de Mato Grosso. Se não instalar esse fórum, porque existe uma lei da Deputada Serys Shlessarenko... Esse fórum nunca foi instalado, desde quando foi aprovada essa lei. Então, é necessário que se instale esse fórum.

Com relação à eleição para diretor, que é o tema que se levanta aqui, é necessário fazer uma avaliação profunda disso, profunda em todos os sentidos, inclusive no sentido de lotear as escolas para servirem de cabo eleitoral para vereador, para deputados. Isso tem que ser feito também. E o fórum de educação vai servir para isso. Então, estou convidando a Mesa, os Deputados, a instalar o Fórum Estadual de Educação para debatermos todas as leis. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passamos a palavra à Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Só para responder ao Wilson. O Fórum Estadual já está sendo instalado, Wilson, e eu estou representando a Assembléia Legislativa. Está previsto um seminário para o dia 11 e 12 de setembro para organizarmos a Conferência Estadual de Educação.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Com a palavra, a Sr^a Almezina Francisca, que dispõe de três minutos.

A SR^a ALMEZINA FRANCISCA - Boa-tarde a todos e a todas. Boa-tarde à Mesa.

Sou técnica administrativa e estou aqui, neste momento, para dizer não à reeleição. Estou com o projeto da Secretária de Educação. Eu quero pedir a ela que abra as portas do seu gabinete para as pessoas mais humildes, porque eu tenho lutado na Secretaria há muito tempo e nunca consegui chegar até o gabinete do Secretário...

(A PLATÉIA SE MANIFESTA COM VAIAS.)

A SR^a ALMEZINA FRANCISCA - Eu posso até ser criticada, mas eu tenho o direito de falar, porque eu sou uma cidadã (PALMAS). Eu entendo que a gestão democrática é de ação coletiva e quando ela deixa de atender esses anseios dentro da unidade escolar, ela deixa de ser democrática. Eu vejo assim. Não vou generalizar, é claro, mas há fatores que atrapalham o ensino de boa qualidade. E esse ensino de boa qualidade tem que ter uma relação entre professores, funcionários e diretor. Quando deixa de ter essa relação, ela deixa de ser democrática. Portanto, eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

defendo aqui um mandato. Eu não vou entrar em detalhes, porque a historia é longa. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Nós ouvimos a Sr^a Almezina Francisca.

Neste momento, passamos a ouvir a Secretária de Estado de Educação, Ana Carla Muniz.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Wagner Ramos; a Deputada Verinha Araújo; o Deputado Carlão Nascimento, que foi Secretário de Estado de Educação; a representante do SINTEP, Sr^a Aparecida; o Professor Máximo, Subsecretário de Educação; o Secretário Municipal de Tangará da Serra, Sr. Fábio; na pessoa do Dr. Francisco, gostaria de cumprimentar todos os funcionários aqui da Casa. Gostaria de cumprimentar os profissionais da educação.

Quero dizer que, como Deputada, quando pedimos a alteração do art. 6º da Lei nº 7.040, esse pedido não foi aleatório. Se vocês tiverem cópia desse projeto de lei que apresentei ao Plenário desta Casa, vocês observarão que apresentei no dia 06 de maio, portanto, já tem alguns meses, e tanto a Deputada Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, quanto eu, o Deputado Calão Nascimento, o Deputado Sebastião Rezende, que fazemos parte - eu fazia parte dessa Comissão -, fizemos, no final do primeiro semestre, uma limpeza na pauta de vários projetos e esse foi o único projeto que deixamos para o segundo semestre. A Deputada Verinha Araújo ficou como relatora e pediu que debatêssemos com mais profundidade esse assunto.

Quero dizer aos senhores que nunca imaginei que hoje estaria como Secretária de Educação, discutindo um projeto de lei de nossa autoria. Já conversei com o Deputado Carlão Nascimento, com o Deputado Sebastião Rezende e com a Deputada Verinha Araújo sobre essa nossa proposta. Aqui vou relatar aos senhores por que chegamos a propor esse projeto. Estou como Secretária de Educação há um dia e meio, uma Secretaria grande, uma Secretaria complexa, uma Secretaria que tem hoje o maior orçamento do Governo, o maior número de funcionários públicos estaduais e eu tenho uma responsabilidade muito grande à frente daquela Secretaria.

Para encerrar, no que tange à Secretaria, Deputada Verinha Araújo, até porque faz muito pouco tempo que estou lá, quero dizer que não fui lá para ser peça decorativa da Secretaria e não me proporia a ir para ser peça decorativa e não ajudar, principalmente os profissionais da educação, que vai desde o guarda, o vigia, a merendeira, até o mais graduado. Então, os senhores encontrarão em mim uma parceira do diálogo, uma parceira na construção de uma educação que possa nos orgulhar.

Sei que posso contar com a Assembléia Legislativa, através dos nossos companheiros Parlamentares. E aqui, Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência pode ter certeza de que estaremos sempre chamando o Poder Legislativo para debater conosco as questões da área da educação.

Então, eu estou ainda me inteirando. Na semana que vem nós vamos estar fracionando por superintendências as excursões, tenho várias idéias, vários anseios, mas eu não vou fazer sozinha, nós vamos fazer e discutir com o corpo da sede da Secretaria e depois levar para as escolas.

Então, companheiros, eu estou aqui hoje mais vestida como autora do projeto. Como Secretaria, eu tenho a responsabilidade do cargo, mas, como autora deste projeto, eu tomei o cuidado de, quando propus a alteração do art. 6º, fazer várias pesquisas, fazer várias consultas, fazer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

um tipo de um laboratório. Onde? Nas escolas estaduais, nos pólos, e aqui eu fiz em três, e principalmente na Secretaria Estadual de Educação.

Aqui foi dito por alguns companheiros a respeito das discussões que foram levadas e afuniladas através de várias reuniões, que levaram a uma conferência. Primeiro, eu gostaria de esclarecer que a conferência não está acima da lei. Os Poderes Legislativos federal, estadual e municipal existem, com determinações para cada Poder, para legislar. Então, o que nós propusemos aqui não fere a conferência, até porque a lei ela está acima da conferência.

Colocamos esta alteração e amarramos que daria o direito de ser conduzido à reeleição uma vez no cargo, usando mais ou menos o critério que existe hoje no Poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal.

Os senhores já imaginaram se um presidente da República, um governador ou um prefeito pudesse ser candidato ao cargo cinco, seis vezes? Daria um mandato de doze anos... Então, é isso o que acontece com os diretores das escolas hoje.

Eu farei as colocações em cima de algumas pesquisas e de algumas consultas que fizemos e, depois, nós vamos abrir para o debate, porque a idéia desta Audiência Pública é aguçar a discussão. Audiência pública é para isso mesmo, para nós aguçarmos e debatermos.

Está certo que o mandato do Executivo é de quatro anos e os de diretores é de dois. Mas se você esquecer a quantidade de anos de mandato, na realidade, alguns diretores estão se recandidatando várias vezes ao cargo e matando toda discussão e toda conquista que a categoria teve sobre a gestão democrática.

Eu tenho um dado aqui que quinhentas e setenta e quatro escolas participam do processo eleitoral. Cento e uma, neste ano, foram indicações políticas; no ano passado, foram menos de cento e uma. Nesse ano, houve um acréscimo.

Eu quero refletir com os senhores: será que fazendo da forma como está sendo feita, nós não vamos estar matando a gestão democrática?

Fidel Castro, por exemplo, foi um grande divisor de águas, no momento em que ele foi vencedor, através das massas, de um modelo político. De lá para cá, hoje, com tudo o que nós tivemos de avanço, será que nós temos a avaliação de que Fidel Castro, depois de muitos e muitos anos no poder, hoje é democrata? Então, eu estou fazendo ...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - Bush é.)

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Bush é?

Bush é, mas só que o Bush só pode ser reconduzido ao cargo uma vez. A eleição, nos Estados Unidos, ao cargo é uma só vez, assim como no Brasil.

Então, companheiros, a minha preocupação é porque em cima dessas pesquisas nós encontramos duzentos e sessenta e cinco diretores de escolas que estão ocupando cargo por duas ou mais vezes, quase cinquenta por cento das escolas estaduais. É aqui nós estamos numa reflexão. A Audiência Pública é para debatermos e exaurirmos o tema.

Eu me deparei com uma situação que eu achei preocupante. Primeiro, o aluno tem direito ao voto e atrás do aluno existe o voto ainda dos pais. Uma desigualdade muito grande em relação aos profissionais da educação, porque o professor, a merendeira, o profissional da educação que estão ali só têm direito ao voto deles, não podem trazer a mãe ou o pai para votar. A média que um aluno fica na escola, a média que ele fica na escola, pelos meus levantamentos, é de cinco anos; e a média que o profissional da educação vive na escola é em torno de vinte anos. Isso é média estadual. Então, o aluno barganha o seu esse voto de qualquer forma, ele barganha para abono de falta, ele barganha para mudança de nota, ele barganha...

(NESTE MOMENTO, OS PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Sim, tudo bem! De relatório... O que eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Silêncio!

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Olhem, o que eu estou falando! Só um pouquinho...

Todo mundo fez Arara Azul, como perguntaram aí? É assim que nós vamos nos tratar? Não é assim!

A nossa companheira veio aqui e um profissional, um colega, perguntou se fez Arara Azul. Eu acho que não é assim que nós temos que nos tratar...(PALMAS). Nós estamos numa Audiência Pública aberta e eu estou aqui como autora do projeto de lei colocando em cima de sindicância que a Secretaria Estadual de Educação tem. Com certeza, existe uma grande maioria de diretores bem intencionados e que fazem o trabalho com dignidade. Agora, vocês não se iludam, existem diretores, inclusive contratando babá e funcionário para casa dele. Tem sindicância! Tem sindicância! Existe sindicância! Nós estamos com um grande número de sindicância. Então, nós precisamos aprofundar e conhecer a realidade. Essa sindicância não é minha, professora, a sindicância é da Secretaria Estadual de Educação, do departamento jurídico! É verdade! Então, vocês não estão sabendo muitas vezes dos processos que estão acontecendo.

É isso que eu estou colocando, ninguém está generalizando, a grande maioria são diretores que fazem um trabalho digno e à altura, mas em cima de sindicância...

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Por favor, vamos aguardar o pronunciamento da Secretária e aí vamos abrir para a discussão.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - ...há descontentamento dos profissionais da educação. Por isso, analisando, nós apresentamos o projeto de lei.

E há um outro dado que eu quero colocar aos senhores. Como o aluno, Deputado Carlão Nascimento, tem uma vida útil na escola de cinco anos e o profissional da educação tem vinte anos - a média da vida útil na escola pode ser dezoito, pode ser vinte e dois anos, mas vamos colocar vinte redondo -, o aluno está descompromissado com o dia-a-dia da escola, o compromisso do aluno é ir à escola, ter o convívio, estudar e tal. No dia-a-dia administrativo de vida da escola, muitas vezes ele não é chamado para isso, a não ser em promoções, em festividades que o aluno é envolvido na escola. Quem vive o dia-a-dia da escola são os profissionais da educação.

O que nós temos percebido é que, e aqui há um outro dado que talvez os senhores não tenham conhecimento, a grande maioria, esmagadora maioria, e eu não tenho isso em percentual, Deputada Verinha, a grande maioria, a grande, chegando às margens da totalidade dos servidores da educação que não estão ligados ao diretor ou são diretores, a grande maioria defende essa lei. Eu fiz questão de participar de reuniões de capacitação de merendeira, eu fiz questão de participar de reuniões em outros municípios pólos e fiz questão de fazer esta consulta. E, você, profissional da educação, como é que analisa essa lei?

Na realidade, o aluno que vive cinco anos... Vamos dar o exemplo do casamento: quem está casado há cinco anos com uma pessoa, conhece há cinco anos; agora, quem está casado há vinte anos com uma pessoa sabe... Então, na realidade, a vivência escolar de uma equipe, e essa equipe é a escola, é muito maior e muito mais conhecida pelos próprios profissionais que vivem o dia-a-dia do que pelos alunos. A média do aluno é muito pequena, ou porque ele mudou de cidade, ou porque ele mudou de bairro, ou porque ele abandonou a escola. Então, a convivência do profissional da educação é muito maior e há uma desigualdade na hora da votação. O profissional que convive mais tem direito a um voto, e o aluno que convive, em média, menos do que aquele profissional tem direito, muitas vezes, a dois ou três votos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Então, companheiros, foi em cima dessa intenção que propusemos o projeto de lei, para que a gestão democrática não acabe desmilingüida com os anos. Se você pegar os dados estatísticos da SEDUC dos últimos cinco anos, verá que o número de indicações de diretores só vem aumentando. Nós estamos com cento e uma escolas hoje com indicação política, porque não houve eleição.

Na reunião que tivemos em Rondonópolis com trinta e quatro escolas, foi falado que um dos motivos é porque o fato de ser diretor perde a contagem de pontos e isso acaba desmotivando o número de candidatos.

Então, quando coloquei que havia esse crescimento de indicações e que este ano, para mim, foi alarmante, mais de cem escolas, com o argumento de que um dos motivos que desestimula é o fato de que isso atrapalha a contagem de ponto na aposentadoria. Aí eu quero refletir com os senhores se isso realmente é um dos pontos, porque não deve ser só esse, devem ter outros, mas se é um, mais um motivo para que façamos um rodízio na escola. Eu tenho um município na região sul, não muito longe da Capital, em que fiz pesquisas, e fiz questão de anotar, em que há um verdadeiro medo e terror criado numa certa escola, porque os colegas, que muitas vezes têm vontade de lançar candidatura, têm medo de perder e sofrerem uma certa discriminação. Então, há vários pontos que me levaram a propor esta alteração na lei. Isso não mata, de forma alguma, os diretores que queiram voltar a se candidatar, porque ele teria direito a um mandato, a se recandidatar a um novo mandato, na possibilidade de uma nova candidatura. Se ele for um bom diretor, terá condições de apresentar seu candidato na sua chapa e terá êxito na eleição e depois vir a ser candidato novamente. A nossa intenção é, primeiro, fortalecer a gestão democrática.

Como Parlamentar, quando estavam fazendo indicações de diretores, fui consultada. “E aí, Deputada, na sua região tem alguém?” Eu disse: Não, não tem. Não quero saber. Não quero indicar. Nos outros anos não posso dizer, até porque eu não era Parlamentar.

Uma das coisas que eu queria colocar aos senhores é que a alternância de poder é fundamental para a democracia na escola, para a democracia no nosso País. De forma nenhuma é para desmerecer o diretor, de forma nenhuma é para favorecer outros profissionais da educação. Na realidade, é para que no ano que vem nós tenhamos um menor número de escolas que não tenha as eleições.

A Deputada Verinha Araújo, não sei se já colocou, havia falado para mim a possibilidade de fazer uma emenda a esse projeto de lei, para que nós pudéssemos estar aumentando o número de anos para diretores, ao invés de dois, três anos. Vossa Excelência colocou isso?

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO RESPONDE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª ANA CARLA MUNIZ - Vossa Excelência já fez a emenda? Já colocou na Audiência Pública aqui? Certo. Mas ela já havia conversado comigo, já tinha falado na tribuna...

A Srª Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só para esclarecer, na verdade, nós estamos propondo alteração no mandato de dois para três anos, sem entrar nesse debate de recondução ou não. É uma questão de tempo de mandato, que independe de poder conduzir ou não.

Não ao projeto de lei da Deputada Ana Carla Muniz, eu estou fazendo uma alteração ao art. 6º da Lei nº 7.040, para alterar o tempo de mandato.

Agora, a questão de recondução, se pode ser uma vez, duas vezes, três vezes, isso daí é objeto do projeto de lei da Deputada Ana Carla Muniz, que está em debate nesse momento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Então, companheiros, o projeto de lei, eu não sei se vocês viram, é um projeto muito pequeno e a intenção era poder... É uma palavra que nós inserimos, nós colocamos que é permitida a recondução por uma única vez.

Eu coloquei os motivos, as pesquisas que nós fizemos, as consultas que fizemos aos colegas da educação, coloquei inclusive as informações que busquei na SEDUC, através da sindicância. Nós temos na SEDUC, Deputada Verinha Araújo, inclusive como Parlamentar, qualquer um tem o acesso, nós temos muitas sindicâncias em andamento.

Hoje, recebi, como Secretária, através de uma Superintendência, um fax, o Professo Máximo estava na hora em que chegou para mim, um fax grande de uma professora que inclusive assinou a denúncia. Com certeza é quase a metade dessa mesa, um fax grande, de uma professora que inclusive assinou a denúncia. Com certeza é quase metade dessa mesa. O fax citava várias coisas, que ela estava indignada, como profissional da educação, e ela pedia, primeiro, que além de nós abrirmos sindicância, levássemos ao Ministério Público Estadual as denúncias que ela estava fazendo, e assinou.

Então, a situação talvez não seja de conhecimento dos senhores, através da escola que vocês trabalham, mas não é uma situação tranqüila. Têm muitos profissionais colegas de vocês que estão passando por perseguições, por discriminação. O que eu estou colocado, como representante do povo, é uma alteração que possa fortalecer a gestão democrática e fortalecer os profissionais da educação. Então, eu estou aberta para que nós possamos debater. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Nós ouvimos a Secretária de Educação Ana Carla Muniz.

Queremos agradecer a presença aqui da Sr^a Mônica Agripina Botelho de Oliveira, Superintendente de Desenvolvimento da Formação; da Sr^a Maria Aparecida de Souza, Líder de Equipe do SEFAP, 3º Grau Indígena; do Sr. José Romildo Magalhães, Líder de Equipe de Formação a Distância e Continuada da SEDUC de Mato Grosso.

Neste momento, passaremos a ouvir, por três minutos, a Professora Gisa de Oliveira.

A SR^a GISA DE OLIVEIRA - Boa-tarde a todos.

Senhores e senhoras presentes, eu venho aqui dar o meu voto NÃO, contra a reeleição, porque eu sou uma professora, uma pedagoga, e eu sinto na pele o que outros colegas não têm coragem de vir aqui colocar, não só de onde eu trabalho, mas sim vindo de outras escolas.

O que Vossa Excelência colocou aí são fatos verdadeiros, não são mentirosos. Há perseguição. Nós, como educadores, estamos deixando a nossa lei cair, que nós conquistamos - não é, professora Cida? - com muito trabalho. E nós mesmas, Secretária, estamos deixando não valer essa lei.

Quando uma colega veio aqui à frente, ela foi vaiada. Por aí a senhora tira que vários que vaiaram querem ainda continuar no desmando, na falta de respeito.

Temos colega, Sr^a Secretária, carregada por colegas na escola, no braço, e o sindicato está a par, tomando remédio controlado, porque o seu direito não é respeitado dentro da escola. O sindicato está a par desses casos.

É o meu voto de protesto, sim, Sr^a Secretária, aos Srs. Deputados. Olhem por nós essa justificativa, essa emenda, com carinho, porque na hora de eleger os senhores, os senhores vão lá, estamos prontos, votamos... Na hora que nós precisamos...

O momento é agora, é já! Eu estou saindo de uma depressão, peguei os meus nove meses de licença, Sr^a Secretária, para não morrer dentro da escola. Agora, esses colegas que estão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

criticando aqui na hora em que um vem falar, contar a verdade... De repente na sua escola não acontece, se tem um bom gestor. Eu tiro o chapéu! Eu tenho vários amigos, são bons gestores, sim! Mas tem aquele, Sr^a Secretária, que não é digno de estar administrando uma escola.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, olhem por nós com carinho, ou os senhores vão deixar um funcionário, uma professora, um funcionário administrativo, um técnico morrer dentro da escola e sair nos jornais porque o seu direito não foi respeitado?

Eu quero só colocar alguns tópicos aqui. Nós estamos aqui discutindo, sim, eleições partidárias pedagógicas. Quando a Sr^a Secretária colocou, alguns ficaram lá criticando, achando que é política, mas não é! É política, sim! Pedagógica! Nós que estamos lá dentro, nós vivenciamos! Para quem está fora é fácil!

Portanto, olhem por nós, tenham dó, eu vou pedir piedade. Eu sou contra a reeleição, porque do jeito que está não dá mais para continuar, tem escola que usa até a secretaria para ser escritório contábil. Isso eu ouço de colegas. Espero que a SEDUC use uma lei mais severa, eu digo até severa, para punição, sim, de diretores.

Eu tenho vários itens que depois eu quero passar à Sr^a Secretária de Educação. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos a professora Gisa de Oliveira.

Passemos a ouvir o Sr. Gilmar Soares Ferreira, pelo prazo de três minutos.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Boa-tarde, companheiros e companheiras. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo.

Sou da Executiva Nacional da Confederação dos Trabalhadores da Educação e também do SINTEP de Mato Grosso.

Pelos pronunciamentos, a indicação é de que nós estamos descumprindo a matéria, um preceito fundamental da gestão democrática, que é começar o debate pelo chão da escola (PALMAS).

Acho que os depoimentos que estão colocados aqui afirmam isso, nós não podemos pegar um caso isolado e a partir dele estabelecer que é preciso alterar a lei sem uma discussão na base.

Parabéns, Deputada Verinha Araújo, pela iniciativa de Vossa Excelência de requerer esta Audiência Pública para discutir esse ponto. Tenho algumas preocupações, porque estou tomando conhecimento agora da questão dos três anos. Pelo meu conhecimento, o SINTEP em Mato Grosso não foi convocado para discutir essa questão, assim como do projeto de lei da Deputada Ana Carla Muniz, nós não tomamos conhecimento, nós não fomos convocados para discutir a questão. Acho isso uma temeridade, é preocupante quando um Sindicato que representa a categoria no Estado de Mato Grosso não é chamado para tomar parte das discussões de projetos que alteram pontos na lei, por mais mínimos que sejam. Nesse sentido, eu quero dizer que nós precisamos devolver essa discussão lá para a base.

Quero dizer, Gisa, que o Sindicato, lá em Várzea Grande, a começar por Várzea Grande, não denunciou o caso da sua escola, porque as pessoas não deram, não assinaram em baixo. Foram lá, representaram, está lá no Sindicato, mas não nos deram a licença para que encaminhássemos para a SEDUC. Assim como nós já fizemos na gestão passada, Deputado Carlão Nascimento, nós já levamos denúncia de Várzea Grande, da Escoa Dom Bosco, em que dois professores em estágio probatório elencaram vinte denúncias, mas a Secretaria de Educação não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

levou à frente, mas está lá protocolado, está lá! Eu tenho cópias lá na Subsede do SINTEP de Várzea Grande.

Então, há uma série de coisas que nós precisamos aprofundar os critérios que estão colocados na lei, essa lei que é tão cara, como a Cida nos disse, e não podemos descuidar do chão da escola, se não atentarmos para colocar em prática, para estudar e aplicar essa lei para nós mesmos, correremos o risco de atitudes como essa aqui que não são democráticas.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - A Deputada Verinha Araújo quer complementar esse assunto.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu só vou esclarecer essa questão, porque como Parlamentar, qualquer Parlamentar tem o direito de apresentar proposição, agora, o que não pode é não haver o debate. Nesse sentido, concordo plenamente com o Gilmar, que o debate tem que ir para as escolas. A minha proposição é para o dia 05 de setembro, tem menos de dez dias, e podem ter certeza de que ele vai para as escolas para ser consultado, porque este momento aqui está acontecendo, justamente, porque tivemos uma conversa com a Deputada Ana Carla Muniz para que a categoria fosse chamada. Agora, o mandato, por exemplo, dos diretores na rede municipal de Cuiabá é de três anos. Então, eu até me espelhei na Conferência Municipal de Cuiabá, em que houve esse debate, para trazer essa discussão e não vejo nenhum problema em abrir esse debate com as escolas. Se for o caso, até de retirar e manter os dois anos que atualmente existe. Está bom?

Como Parlamentar, a Deputada Ana Carla Muniz, qualquer Deputado, tem direito de fazer proposição, agora, o que não pode é votar aqui sem debater. Nesse ponto, pode ficar tranquilo que vou debater exaustivamente, Gilmar.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Vamos ouvir as palavras do Secretário Municipal de Educação do Município de Tangará da Serra, Sr. Fábio Martins Junqueira.

O SR. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA - Sr. Deputado Wagner Ramos, demais Deputados aqui presentes, Sr^a Secretária, senhoras e senhores aqui presentes:

É uma satisfação estar aqui participando desta Audiência Pública, muito embora rapidamente, porque devo me retirar. Na verdade, não vim a esta Assembléia Legislativa para participar desta Audiência Pública, na verdade, vim para cumprimentar o Deputado Wagner, que é de Tangará da Serra, que assumiu recentemente a vaga da Deputada Ana Carla Muniz, que assumiu a Secretaria de Educação do Estado.

Gostaria de desejar sucesso ao Deputado Wagner pela sua passagem pela Assembléia Legislativa, que ela seja longa, profícua e que Tangará da Serra continue aqui sendo bem representada por você, um jovem dinâmico que está, no dia-a-dia, convivendo com a população de lá com muito brilhantismo.

Na oportunidade, dado o pequeno espaço de tempo que aqui estive ouvindo, gostaria, antes de me retirar, de fazer um relato a respeito de uma situação que implantamos em Tangará da Serra, relativo ao voto paritário na eleição de diretores. O voto implantado na eleição de diretores na rede municipal de ensino em Tangará da Serra é paritário entre os segmentos. Então, corrige essa distorção do voto majoritário, ou do voto dado pelo segmento aluno e segmento pai em detrimento dos segmentos professores e funcionários. No universo eleitoral da escola há uma ponderação entre o voto do segmento pai, entre o voto do segmento aluno, do segmento administrativo e do segmento professores, de forma que o voto de todos os alunos da escola com direito a voto tenha um peso de 25% do total de votos. Então, é um sistema de voto paritário, em que há um equilíbrio entre os diversos segmentos eleitorais. Esse sistema foi adotado duas vezes consecutivas, com resultados muito bem aceitos, com bons resultados, muito bem aceitos, que refletiu bem a vontade da comunidade escolar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Estou colocando essa questão apenas para registro de que no voto paritário todos votam e o voto tem uma ponderação em relação ao segmento, valorizando muito o voto do segmento dos professores e funcionários, que são minorias.

Na oportunidade também eu gostaria de parabenizar a Secretária Ana Carla Muniz pela realização desta Audiência Pública, eu vi que a convocação da Audiência é também de sua autoria, e dizer que é muito profícua e importante, porque é salutar manter a dialética, é salutar manter a discussão, só há crescimento, só há desenvolvimento na qualidade dos trabalhos, de forma que eu acredito que esta Audiência é muito apropriada e parabeno todos que estão aqui colocando suas posições, discutindo e participando.

Despeço-me, dizendo que vou me retirar em função da volta a Tangará da Serra. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos o Secretário de Educação de Tangará da Serra, Professor Fábio Martins Junqueira.

Ouviremos agora, pelo prazo de três minutos, o Sr. Alberico Rocha Lima, Professor de Barra do Garças.

O SR. ALBERICO ROCHA LIMA - Deputado Wagner Ramos, Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, representante do SINTEP, Secretária de Educação, a quem parabeno pela investidura no cargo, Professor Máximo, colegas presente:

Eu peço vênha para ler o que eu havia escrito, antes de vir para cá, a respeito do assunto, e para que eu não fuja daquilo a que me propus.

Em boa hora se colocou em discussão o assunto tão importante para as escolas estaduais, que é a sucessão de diretor escolar. Antigamente, os diretores eram cargos de livre escolha do Estado. Com o advento da gestão democrática, os diretores passaram a ser de livre escolha dos segmentos da escola, conquista importante, pois é democrática e traduz a vontade de todos os seus segmentos. Entretanto, com o tempo, detectou-se a necessidade de alguns ajustes, por exemplo, a duração de mesma pessoa no cargo de direção. Atualmente, uma mesma pessoa pode ser eleita ilimitadamente, isso vem causando alguns transtornos, como o que poderíamos denominar, com alguma impropriedade é certo, de vitaliciedade no cargo.

Pode-se verificar pessoas com inúmeras reconduções ao cargo, pessoa com doze anos ou mais. Sabe-se que a alternância no cargo é muito salutar para as instituições e que o tempo leva a uma acomodação, fazendo com que o ocupante deixe de ter aquele disposição que traduz criatividade e boa administração.

Para os cargos eletivos do Executivo, tanto a nível federal quanto estadual e municipal, a lei estabelece um tempo máximo de permanência nos cargos, podendo haver uma única recondução subsequente. Isso não acontece na escola, podendo haver reconduções subsequentes indefinidamente, isso trás uma série de transtornos, tais como, dificuldades de outras pessoas participarem, pois sofrem uma pressão natural do ocupante, que muitas vezes passa a tratar a escola como um feudo seu, muitas vezes tomando posições arbitrárias com o fim de inibir outros postulantes ao cargo. Além do mais esses professores que passam muitos anos no cargo têm dificuldades de retorno à sala de aula. Muitas vezes procurando abrigar-se no cargo de coordenadores, que também é cargo eletivo, mas que ultimamente, ao arrepio da legislação, tem sido cargo de livre designação dos diretores.

Eu quero fazer apenas uma ressalva de que isso, eu constato onde estou, na cidade de Barra do Garças, nós sentimos na carne. Eu estou falando porque estou em contato com a base.

Hoje, as escolas administram as suas próprias verbas, que deveriam ser feitas pelos conselhos deliberativos da comunidade escolar, entretanto sabe-se que rol das exceções essas verbas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

são geridas apenas pelo diretor, sendo que na maioria das vezes os cheques são assinados em branco. Infelizmente, os conselhos deliberativos estão sendo meros instrumentos inoperantes e existentes apenas para o cumprimento legal (PALMAS).

Portanto, a necessidade de legislação que disciplina a alternância no cargo de diretores nas escolas é um imperativo. E, salvo melhor juízo, acreditamos que a direção da escola poderia haver apenas uma recondução subsequente.

Finalizando, eu gostaria apenas de dizer, porque foi dito aqui que o fato de a Lei nº 7.040 ter sido exaustivamente discutida e foi uma conquista do professorado, eu devo dizer também que isso não impede que se faça ajustes. Nós vivemos num mundo extremamente dinâmico.

Portanto, no momento em que se detecta a necessidade de discussão e de modificações, isso tem que haver. Se nós ficarmos eternamente presos a alguma coisa, nós estaremos liquidados. E quero dizer também que quando a escola está apenas reproduzindo com uma justificativa, produzindo aquilo que vem da sociedade, eu não concordo muito com isso, porque a escola pode estar reproduzindo, mas a escola deveria ser onde se geram novos valores para nós modificarmos aquilo de errado que vem da sociedade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passaremos a ouvir o Sr. José Donizete Ribeiro.

O SR. JOSÉ DONIZETE RIBEIRO - Boa-tarde a todos e a todas, aos senhores membros da Mesa.

Eu queria me dirigir, inicialmente, à Secretária Ana Carla Muniz, para dizer que o Secretário que a antecedeu passou seis meses tomando pé da situação, o que nos causou enormes prejuízos. Esses prejuízos têm a ver com os processos que temos protocolado na SEDUC de reclassificação e reposicionamento na carreira. Eu faço votos que Vossa Excelência não leve tanto tempo, porque a minha situação já é mais do que complicada. Eu estou aguardando essa análise desses processos e, se possível, que eles cheguem a bom termo o mais rapidamente possível.

Uma outra coisa que eu queria dizer é com relação à questão do ponto em pauta, a alteração do art. 6º. Eu, em tese, tenderia a ser favorável para que houvesse a possibilidade de apenas uma recondução, porém a situação nos coloca num dilema muito grande. Qual é esse dilema? Nós temos dificuldade, realmente, de encontrar nas escolas quem se disponha a concorrer ao cargo de diretor. Por que isso ocorre? A senhora pontuou algumas das razões e eu juntaria outra. O cargo de diretor é um cargo DE, que exige dedicação exclusiva, e isso significa que o professor que venha a assumir esse cargo, além da questão da interrupção da contagem de tempo para efeito de aposentadoria, ele ainda tem que cumprir uma tripla jornada na escola, recebendo um único salário. Alguém pode questionar: mas tem uma gratificação! Tem! Mas essa gratificação não dá sequer para cobrir os gastos necessários para as atividades que o cargo exige (PALMAS), nem mesmo se o diretor ou a diretora eleita for utilizar transporte coletivo para ir constantemente à SEDUC, para ir constantemente à Secretaria Pedagógica ou para ir constantemente à Câmara, enfim, onde quer que requeira a sua presença. Então, quem vai se dispor a assumir um cargo desse? É perda de tempo e de dinheiro!

Claro! Alguém pode dizer: Puxa vida, mas é uma responsabilidade com a escola! É uma contribuição que tem que ser dada por cada um de nós, por que não? Claro! Mas o tempo que o cargo de professor, o exercício do magistério era encarado como um sacerdócio, já passou! Estamos correndo atrás da sobrevivência, essa que é a verdade! Não é? Nós não somos do sacerdócio, aliás, nunca fomos, mas pelo menos o cargo nos dizia... Puxa vida! É uma missão que nós temos que cumprir! Mas, hoje, infelizmente, nós temos que correr atrás da sobrevivência, mesmo!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, com relação ao nosso Estatuto, ou seja, a Lei nº 7.040, a Lei de Gestão Democrática, também não podemos desconsiderar que foi um enorme avanço para a categoria. Foi um avanço, fruto de muita luta, fruto de muito sacrifício de cada um de nós e que nós não podemos agora aqui ficar torpedeando, não! Não é porque o Conselho Deliberativo da escola “a” ou “b” não funciona que nenhum Conselho Deliberativo presta (PALMAS). Nós não podemos, de forma nenhuma, torpedear as nossas conquistas. As nossas leis que regem a educação, elas são datadas, o que significa que elas precisam ser revistas naquilo que tem necessidade de ser revista. A questão da eleição de diretor é apenas uma delas. Agora, garantir a recondução no cargo por vários ou por uma vez só, na Lei, não significa muita coisa, porque muito do que está na Lei e que é direito assegurado de cada um de nós não vem sendo cumprido também (PALMAS).

Por que é que o estágio probatório demorou tanto para ser homologado? Porque o Secretário estava tomando pé da situação. Por que é que a reclassificação dos companheiros e companheiras que concluíram a Arara Azul não saiu até hoje? O Secretário estava tomando pé da situação. Ora! O Secretário que antecedeu a Professora... Já têm sete meses que estou aguardando a reclassificação e até hoje necas de pitibiriba. Não saiu! (RISOS). Por isso que eu estou dizendo, espero que Vossa Excelência tenha mais agilidade. Aproveito a oportunidade para felicitá-la pelo cargo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos o Professor Donizete.

Com a palavra, a Professora e Vereadora de Rondonópolis, Sr^a Vilma Moreira dos Santos Oliveira.

A SR^a VILMA MOREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA - Eu gostaria de, na pessoa do Deputado Wagner Ramos que está presidindo esta Audiência Pública e da Deputada Verinha Araújo, cumprimentar todos os componentes da Mesa, os companheiros e companheiras.

Eu sou a Vereadora Vilma e também Presidente do Sindicato dos Profissionais da Educação da Região Sul.

Eu quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo, a Secretária de Educação Ana Carla Muniz, porque a nossa preocupação foi muito grande quando nós, na Câmara Municipal, recebemos esse projeto da Deputada, propondo a alteração da Lei nº 7.040, no seu art. 6º. Qual foi a minha preocupação? A preocupação era porque já estava tramitando na Assembléia Legislativa e nós não tínhamos ainda ouvido falar de nenhuma reunião com a categoria para discutir. Nós chamamos a categoria para uma reunião, tivemos uma reunião lá com os diretores da nossa cidade, lá em Rondonópolis, através do nosso Sindicato. Está aqui a professora Valdelice, que é diretora lá da Escola Elizabete, a Vanete também é de lá e vimos representando os demais. Por quê? Porque lá nós fizemos essa reunião e depois sugeriram que seria discutido nas escolas esse projeto. Foi levado para as escolas para uma discussão nas escolas estaduais da nossa cidade e muitos dos nossos diretores e também profissionais da educação não concordaram, porque não é só essa questão do art. 6º da Lei nº 7.040 que precisa ser discutido ou avaliar que não está dando certo.

Lamento aqui quando algumas companheiras colocam os problemas que estão acontecendo nas suas escolas. Parabéns ao companheiro Donizete! Problemas acontecem, na escola da Gisa e de outras também, é com o Conselho Deliberativo, é com os diretores que estão frente à direção da escola, nós sabemos disso. Mas queremos também dizer que muitas escolas estão dando certo. Não é essa alteração do art. 6º da Lei nº 7.040 que vai mudar, companheiros. Vai mudar que em cem escolas estão sendo apontados diretores lá por questões políticas. Não é isso que vai mudar. Mesmo com apenas uma única recondução - já coloquei até isso à Deputada Ana Carla Muniz -, mesmo sendo só uma recondução, vai acontecer isso também. O que tem que ser feito é uma avaliação: que educação estamos tendo? Que educação queremos?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero que a Deputada Ana Carla, agora que assumiu a Secretaria, o Professor Máximo também, de Rondonópolis - conhecemos o seu trabalho, belíssimo, a sua competência - queremos que seja... É um desafio essa Secretaria. Eu acho que está havendo algumas coisas... Eu acho que não é tudo que está errado. Tem coisas que têm dado certo, sabemos do trabalho, temos acompanhado.

Quando a Deputada Verinha fez um relato, inclusive a Cida Cortez, da elaboração da lei, nós sabemos que foram lutas, foram dias de caminhada dos profissionais enfrentando, paralisando, porque, às vezes, tem momento que não temos resposta e a única alternativa é a paralisação. Nós tivemos esses momentos, sim.

Eu gostaria que essa alteração fosse bem discutida, Deputada Verinha, que está à frente, o Deputado Wagner. Tem que haver uma discussão, porque não é essa alteração que vai mudar o que está na educação. Nós temos que ver o que estamos precisando, temos aí a questão salarial que tem que ser... Nós até solicitamos, Sr^a Secretária, que seja nossa parceira para discutir essas questões do reajuste salarial junto ao Governador do Estado. Nós temos questões de elevação dos nossos profissionais, nós temos aí a questão do retorno do projeto Arara Azul e outras questões.

Então, eu quero dizer que fizemos um levantamento lá. Temos várias solicitações ali de não à alteração do art. 6º, porque não é isso que vai mudar... Essas questões já foram... Não sei. A justificativa, eu achei não condiz com a realidade que estamos enfrentando.

Companheiros e companheiras, estamos aqui representando a nossa cidade de Rondonópolis.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Ouvimos a Professora Vilma Moreira dos Santos Oliveira.

Agora, passemos a ouvir o Sr. Luiz Carlos Trovo, Diretor da Escola Padre Wanir Delfino César.

O SR. LUIZ CARLOS TROVO - Primeiramente, cumprimento a Mesa.

Eu fico chateado, Professor, porque nesses seis meses o Secretário de Educação, Dr. Gabriel Novis Neves, ou alguma equipe da Secretaria, nesse mandato, nunca esteve, em nenhum dia, fazendo uma avaliação do nosso trabalho na Escola Padre Wanir Delfino César. Então, eu acho que, antes de discutir uma lei, temos que discutir outras normativas de atribuição de aula, de número de funcionários que teremos nas escolas, o valor da merenda escolar por aluno e um monte de coisas.

Tudo bem que está sendo discutida a questão da eleição para diretor, mas os senhores foram *in loco* fazer uma avaliação da Escola Padre Wanir Delfino César, que estava estourada, com ladrão entrando todos os dias, envolvemos toda a comunidade dentro da escola. O meu trabalho não é feito da forma como está sendo colocado.

Desculpem-me. Eu fico chateado por ter uma assessoria na Secretaria de Educação que fala que existem diretores que estão contratando babá, gente! Isso para mim... Desculpem-me, mas eu acho que é mentira, porque quando eu vou fazer um contrato quem digita é uma secretária, não sou só eu que assina o contrato. Será que numa escola de cinquenta ou de duzentas pessoas trabalhando um diretor tem a coragem de levar uma funcionária da escola para trabalhar, cozinhar, ou que seja para ser babá em casa? Eu não acredito nisso, num Estado democrático, como o Estado de Mato Grosso. Desculpem-me, mas esse argumento para haver uma mudança eu não acredito. Pode haver a questão da indicação política. Tudo bem! Vamos fazer, porque eu também fico chateado, porque se pede três nomes indicados pela comunidade escolar e desses três nomes é que se escolhe. Como eu vou ligar para o deputado fulano de tal para pegar o nome? Se foram indicados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

esse três nomes é sinal que a comunidade está preparada para aceitar um desses três. A comunidade já está sabendo. Quer dizer, agora vir falar uma coisa dessas...

Desculpe-me, professora, mas eu faço um convite a Vossa Excelência, pena que Vossa Excelência tenha um dia e meio como Secretária, mas o Dr. Gabriel e o Máximo nunca foram a nossa escola e eu faço um convite para que os senhores conheçam a Escola Padre Wanir Delfino César, desde quando pegamos até hoje. Lá na Escola Padre Wanir, ninguém assina cheque. O diretor hoje não tem autonomia para assinar cheque, porque quem assina cheque é o tesoureiro e o presidente da escola. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Nós temos mais duas pessoas inscritas ainda. Vamos ouvir a Sr^a Sônia Maria Pinheiro, da Escola Professora Alice Fontes Pinheiro.

A SR^a SÔNIA MARIA PINHEIRO - Boa-tarde a todos e todas as colegas. Boa-tarde à Mesa.

Muito do que eu ia falar já foi falado aqui, mas eu vou complementar o que faltou. Não concordo com a mudança da lei, porque nós estamos em uma democracia e seria um retrocesso.

A comunidade deveria ser a primeira a ser consultada, como a Professora Deputada Verinha Araújo falou e outras pessoas também já falaram. Esses debates deveriam começar na escola e não aqui, onde todos os diretores não estão sabendo, aqui tem uma minoria e muitas escolas não estão sabendo.

Então, acho que todos deveriam ser comunicados. Agora, decide, discute, e começa a discussão, e a senhora, Secretária, colocou que a lei é mais do que isso. Eu quero até entender, seria uma forma autoritária de estar impondo que nós teríamos que ter o debate. A maneira como a senhora colocou, ficou dessa maneira, que a lei é maior do que a conferência.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Sim. Foi colocado aqui, parece-me que pela fala da representante do SINTEP, que foi discutido através de uma conferência e selado os pontos nessa conferência. A Assembléia Legislativa, enquanto representante do povo para legislar e fiscalizar, pode alterar qualquer tipo de lei, não é só essa lei, mas qualquer outro tipo de lei.

E a lei, ela está acima das conferências, não é a conferência “a”, “b” ou “c”, de qualquer conferência, a lei é acima...

A SR^a SÔNIA MARIA PINHEIRO - Sim. Nós sabemos disso.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - É nesse sentido.

A SR^a SÔNIA MARIA PINHEIRO - Nesse sentido tudo bem.

Mas eu acredito que essa situação na direção, assim como está, democrática, deveria continuar.

Outra coisa, a situação do voto paritário que já foi falado. No Paraná, já existe essa situação de voto paritário e nós professores temos que estar, sim, trabalhando dentro da escola e falando dessa eleição como um todo.

Quanto à indicação de diretores, quem tem que tomar, ter uma postura, é a própria Secretaria de Educação, que tem que estar vistoriando, fiscalizando essas situações, porque não acontecem em todas as escolas. A grande maioria das pessoas que eu conheço trabalha democraticamente nas escolas, sim.

Também sou professora na Universidade e nós ouvimos bastantes alunos falando desse autoritarismo que existe nas escolas. Eu penso assim, sempre falo para os meus alunos: se eu sou professora, eu tenho que expor a minha opinião. Eu não posso deixar o diretor mandar em mim. Se é uma gestão democrática, todos têm que participar. Agora, se eu, enquanto professor, não tenho coragem de falar o que eu penso e o que eu quero, eu tenho que mudar de profissão. Por que eu vou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ensinar o meu aluno a fazer o quê? Então, infelizmente, eu acredito que as pessoas que estão deixando colocar o cabresto, elas que deixam, porque tem muito diretor trabalhando com uma democracia legal, sim. Têm comunidades funcionando, sim.

A Secretária havia dito uma situação que foi brincadeira e que todos riram, algumas pessoas, eu não sei se todas, que aquele que fica muito tempo, conhece muito. Têm pessoas que são casadas há trinta anos e se separam depois disso. Ninguém conhece ninguém não. E dentro da escola eu acredito que o professor ...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE.)

A SR^a SÔNIA MARIA PINHEIRO - Não. Não conhece, não. E é assim. Se o professor ficou um determinado tempo sem o aluno, ele tem que ser bom professor para o aluno acreditar nele e votar em quem ele pede. Se ele for um mau professor, o aluno não gosta, não. Aluno gosta muito de professor que dá nota, sim, para malhá-lo depois. E essa situação de aluno que está sendo aprovado sem conhecimento, é por causa da nossa Lei Maior que fala que a escola tem que estar provendo essa recuperação juntamente com o seu professor. Então, é incumbência da escola prover essa recuperação do aluno. Agora algumas pessoas não entendem que essa recuperação simplesmente aprova o aluno sem saber. Isso não é culpa da eleição do diretor também, não.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passamos a ouvir...

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Eu queria só...

Eu tenho uma reunião aqui com dois colegas Deputados. Eu havia marcado esse horário, porque eu achei que a Audiência Pública seria em torno de duas horas. Eu vou me ausentar agora, mas retorno aqui. É aqui mesmo na Casa.

O que eu queria colocar talvez seja só opinião minha. A professora citou aqui que talvez nós não conhecemos uma pessoa convivendo vinte anos com ela. Eu quis colocar o seguinte: imagine você trabalhar todos os dias com uma pessoa por um período de vinte anos. Eu acho que é questão de lógica você conhecer mais aquele com quem você trabalhou vinte anos do que talvez aquele com quem você trabalhou dois, três, quatro, cinco anos. Então, foi essa colocação.

O profissional da educação, como ele não tem igualdade na questão do voto, muitas vezes, a vontade dele não fica talvez estabelecida. Quando o colega professor colocou a respeito que acha que isso talvez seja uma mentira minha, a questão deste contrato... Eu não estou mentindo, professor! Eu posso talvez não saber de tudo - e não tenho obrigação de saber de tudo -, mas o que eu falei foi através de pesquisa de laboratório e de forma nenhuma eu inventaria. Então, isso está em sindicância...

Veja bem, não é o papel do Parlamentar denunciar, até porque se formos pegar todas as denúncias do País, viraria uma loucura. Então, a SEDUC me passou que está em processo de sindicância.

Então, eu trouxe para os senhores algumas sindicâncias que já estão acontecendo em nosso Estado. Não é do conhecimento de vocês, graças a Deus não acontece na escola de vocês, na cidade de vocês, mas já acontece em nível de Estado, através da Secretaria Estadual de Educação.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Com a palavra, a Professora Renata Cabrera.

Comunico que as inscrições já estão encerradas.

A SR^a RENATA CABRERA - Boa-tarde, colegas. Na pessoa da Secretária de Educação Ana Carla Muniz, cumprimento os demais companheiros da Mesa e colegas da educação.

Eu estou indignada aqui já há algum tempo, ali angustiada no meu lugar, primeiro, pela estranheza de não encontrar mais professores como eu da rede estadual aqui. Nós olhamos aqui,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

é uma grande maioria de diretores. Eu sinto, deixo isso como ressalva, por não ter mais profissionais de educação.

Em segundo lugar, eu gostaria de cumprimentar a Secretária, que, no ato desse projeto aqui, era Deputada, por esse projeto de lei. Eu, enquanto professora da rede estadual, tenho sofrido, tenho visto muitos colegas passarem por essa questão do uso abusivo do poder, justamente pela má interpretação dessa lei.

Concordo com você, Aparecida Cortez, também acompanhei um pouquinho dessas discussões da Lei nº 7.040. Foi uma conquista nossa, sim, só que eu acho que tem ambigüidade, como o Deputado Carlão Nascimento colocou. Eu acho que nós temos que levar isso para a base, sim, para discutir e, com certeza, se a base estivesse aqui, seriam mais depoimentos que estariam aqui para reforçar isso que eu estou dizendo aqui. Fiquei extremamente triste, companheira, na hora que você colocou aqui que os profissionais que estão na sala sofrem esse tipo de abuso de poder de diretores e eles não se manifestam. Nós manifestamos, sim, nós falamos, sim, nós brigamos porque eu brigo também. Sabem qual a resposta que nós temos? Nós temos diretores assinando processo para nos tirar da escola, tem diretores chegando e tirando processo da escola e, com certeza... Eu falo porque eu sou vítima disso, eu nem estaria sabendo desse processo. Na Secretaria tem um processo, porque eu sou uma dessas professoras que briga, que critica, só que nós somos silenciadas.

Então, eu me senti extremamente ofendida, porque não são poucos os profissionais que dizem, só que justamente por essa questão de ter professores, a Helena sabe disso, nós estamos sempre lá no Sindicato discutindo isso, sou representante de escola do Sindicato, participo das discussões, só que nós temos que ter um pouquinho mais de receio para pontuar essas questões, de respeitar o professor que está em sala de aula. O que nós temos acompanhado, na grande maioria das vezes, é por ambigüidade dessa lei, o uso abusivo do poder. É isso que nós temos acompanhado. Nesse sentido, eu acho de extrema relevância, Sr^a Secretária, esse projeto que Vossa Excelência apresentou nesta Casa. Por quê? Entendo o seguinte: o diretor que está no exercício do poder por um ano, se ele fez um bom trabalho, ele tem a chance de candidatar novamente por uma recondução e exercer o seu mandato. Daí eu acho interessante que ocorra. É importante para o processo democrático, é uma oxigenação do poder ali, para que outras pessoas possam também exercer esse poder. Se aquele diretor que depois... Como a Deputada coloca aqui, por uma alternância salutar, depois ele pode voltar, retornar. Mas é necessário, importante para o processo democrático que ocorra essa mudança e nós que estamos na sala de aula, professores, nós sentimos isso, que somos muitos silenciados, muitas candidaturas são silenciadas por conta do abuso do poder que muitos diretores exercem. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passamos a palavra à Sr^a Helena Maria Bortolo, Presidente da Subsede do SINTEP de Cuiabá.

A SR^a HELENA MARIA BORTOLO - Boa-tarde aos presentes nesta Audiência, Srs. Parlamentares.

Gostaria de cumprimentar a Cida Cortez em nome de todos os presentes, principalmente da Mesa.

Primeiro, nós precisamos fazer uma reflexão à medida que tocamos nesse debate sobre gestão democrática, sobre democracia. Nós podemos utilizar uma série de questionamentos e indicativos, conforme também os nossos interesses, à medida que muitos interesses estão colocados aqui.

Primeiro, gostaria de fazer uma consideração. Eu penso que, de fato, essa discussão é do chão da escola, sim, Gilmar. Como proposta, já foi colocado aqui e também assumida pelos Parlamentares, principalmente pela Professora Verinha, que esse debate deve ser levado para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

escola através de debates nas unidades escolares e depois um grande fórum de gestão democrática para tratarmos deste ponto e de outros.

Uma outra consideração, Sr^a Secretária, é que esse debate pode ser trazido a partir de alguns quesitos como a Secretária trouxe aqui. Uma coisa é tratarmos da gestão democrática, a outra é tratar sobre aspectos de vícios da própria Secretaria Estadual de Educação.

Nós não podemos colocar aqui diretores como vítimas ou também com réus, senão vamos trazer aqueles que estão com vários mandatos como réus e outros como vítimas. Nós trataremos daqui, desse ponto, a partir de agora, sobre a gestão democrática, a partir da participação dos nossos segmentos que são os professores, funcionários, pais e alunos.

Agora, tratarmos das questões trazidas pela Secretária, essa é uma discussão que precisamos fazer com muita tranquilidade, e o Sindicato tem feito muito isso.

Nos temos feito as denúncias, e a Secretaria Estadual de Educação não tem feito algumas ações que poderiam contornar essa situação ou praticamente superá-la. Nós não podemos colocar aqui situações condenando “x” ou “y” diretor ou colocando isso no universo da categoria.

As denúncias encaminhadas pela comunidade escolar, pelo Sindicato, não têm trazido respostas positivas, por conta da Secretaria. Nós temos, sim, diretores e diretoras, mas aqueles que são denunciados não têm sido, de fato, punidos. E os diretores que estão nas nossas unidades escolares não podem ser colocados nessa situação. Portanto, as situações expostas pela Secretária, para trazer como argumento para alteração da lei, precisa ser tratada única e exclusivamente e nós teremos de fato como fazer para que a Secretaria assuma suas ações em relação a denúncias encaminhadas pela comunidade escolar e pelo Sindicato.

No que trata a gestão democrática, queremos, sim, um fórum de gestão, em que o pai, o aluno, o professor e o funcionário possam fazer o debate em relação, não somente à recondução ou reconduções, à temporalidade de dois ou três anos e outros aspectos que nesse período já fizemos algumas reflexões. Portanto, cabe, sim, a este Parlamento ouvir a comunidade escolar e cabe à Secretaria tomar as posições necessárias e não acobertá-las em relação às denúncias encaminhadas pela comunidade escolar. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Com a palavra, a Secretária de Educação Ana Carla Muniz.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Professora Helena, talvez eu não me fiz entender.

Quando eu comecei minhas palavras eu disse que estava há um dia e meio no cargo e que, portanto, iria falar muito pouco como Secretária.

As informações que tive e trouxe como embasamento para propor essa alteração foram como Parlamentar. Como Parlamentar, fui à SEDUC discutir com a área, não só eu, mas meus assessores, e em cima dessa discussão, após duas reuniões e pesquisas, chegamos à conclusão de que havia como começar um processo para propor o projeto de lei. Então, eu não trouxe aqui informações como Secretária, até porque eu, quando apresentei o projeto de lei, nem imaginava ser Secretária. Eu discuti isso em várias regiões, em vários municípios.

A Vereadora Vilma colocou aqui sobre uma reunião em que eles praticamente me convocaram a participar, com trinta e quatro escolas, não estava se discutindo Secretaria, ninguém discutiu isso na reunião acontecida em julho.

Quando a Deputada Verinha Araújo, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, me pediu para que deixássemos essa discussão para o segundo semestre, eu aceitei de pronto, até porque não conseguimos marcar uma audiência, por conta de uma série de regras da Casa. Então, o que eu trouxe aqui, quero deixar bem claro, são informações e pesquisas de um laboratório que fizemos na SEDUC, com profissionais da educação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

de inúmeros municípios, porque em julho eu andei, parece-me que em quinze ou dezesseis municípios. Eu aproveitava para fazer outra agenda, mas nunca deixar de estar com os profissionais da educação. Reunimo-nos em Barra do Garças, reunimo-nos em Rondonópolis, em Jaciara, em Cuiabá. Na semana passada, estiveram em meu gabinete cinco diretores de Várzea Grande, que eu não pude receber.

Essa discussão está acontecendo comigo e com os profissionais da educação há muito tempo. Eu não trouxe informação da Secretaria, quero deixar bem claro, talvez a senhora não tenha entendido. Isso foi fruto de uma pesquisa que eu fiz para montar o projeto de lei. (NESTE MOMENTO, OS PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE.)

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Não. Ela falou o seguinte: ela, como Secretária, trazendo informação da Secretaria. Eu não trouxe informação da Secretaria, como Secretária. O que eu coloquei aqui foi através de pesquisa, enquanto Parlamentar, montando o projeto de lei, porque senão fica parecendo... Eu não tenho dúvida com relação à importância, mas com relação à Secretaria, eu nem mexi nessa parte agora. Nesse um dia e meio, na parte de auditoria, eu nem mexi, eu não tive tempo. Vocês podem ver a minha agenda interna na Secretaria. Eu nem mexi. Está lá aberta para qualquer um.

Uma outra coisa que eu quero colocar, até porque eu não estou mais como Parlamentar, e os Deputados vão poder estar analisando, na Comissão de Educação e no próprio plenário, os outros projetos de lei que eu fiz para a categoria da educação. Um deles autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o programa Biblioteca Itinerante, para municípios com menos de cinquenta mil habitantes, devido à grande demanda de pedido de instalação de biblioteca. Fizemos isso inclusive para o aluno não perder as raízes e o conhecimento de pesquisar livros, e não ficar só através da *Internet*, que é importante também. E tem toda uma justificativa, por que montamos esse projeto de lei.

Um outro projeto de lei autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da rede estadual de ensino e dá outras providências. Devido também a essa pesquisa, nós acabamos vendo outros tipos de demanda, e o grande problema que o profissional da educação tem é o uso excessivo da fala, o que causa grandes problemas de saúde. É por isso que nós propomos esse projeto.

Em cima também de várias consultas, propomos aqui a proibição de vendas de alimentos com elevado teor de calorias nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, e citamos o porquê.

Tem também o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do Estado, devido também ao grande número de alunos com evasão e repetência, e o profissional que está na sala de aula não tem como acompanhar, o diretor não tem, o coordenador também não. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passemos a palavra, neste momento, ao Secretário Adjunto Antônio Carlos Máximo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu gostaria de contribuir com esse debate, dizendo uma coisa que eu acho que é uma questão de método e que é muito séria. Não dá para desfocar o centro da discussão e misturá-la com uma série de outros problemas que a vida escolar apresenta.

Eu fui convidado para participar disso aqui e coloquei três pontos de mérito e eu vi que o mérito não foi discutido. Eu acho que nós não avançaremos, Srs. Deputados, se não discutirmos o mérito. Se nós perdermos o foco e começarmos a discutir todos os outros problemas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

não que não sejam importantes, são importantes e têm alguns mais relevantes ainda, mas nós não avançaremos nesse ponto específico. Eu acho que é importante colocar isso.

Gostaria de dizer que o diretor que, na verdade, defende a perpetuação do poder, no fundo, ainda que ele seja um bom trabalhador da educação, ele não está defendendo a gestão democrática. Ou então, eu não entendo o que é democracia. Quer dizer, no mérito a democracia implica em alternância no poder. Não há como eu dizer: eu sou democrata, mas eu quero ficar no poder vinte anos. Quer dizer, eu sou democrata, mas eu pretendo ficar eternamente no poder. Os deputados são legisladores, não é Executivo. São coisas bem diferentes. Ou então, também vamos discutir o poder. O Poder Legislativo deve ser confundido com o Executivo? Eu acho que essa é uma questão. Se for possível confundir Poder Executivo com Poder Legislativo, se cada um tem a sua especialidade, então, também não dá para discutir democracia. Então, eu gostaria de dizer o seguinte: o argumento que o professor colocou lá, por exemplo, é perigoso. Ele disse assim: “Olha, temos dificuldades, porque pelo pró-labore que nós recebemos é difícil achar quem queira assumir a direção nas escolas”. Por que será então que têm tantos diretores que não abrem mão do poder, do terceiro, do quarto, do quinto mandato? Se o pró-labore é tão irrisório, é tão significativo, é um pró-labore quase simbólico, por que ele gasta mais do seu bolso? Por que então ele se apega tanto ao segundo, terceiro, por aí fora? Eu acho...

O SR. Luís Carlos Cravo (FORA DO MICROFONE) - Eu tenho seis anos no meu trabalho e o senhor não conhece a realidade da escola...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - O senhor vai me deixar falar?...

Pois é, professor, com o seu comportamento aqui, com o seu tom de voz e dedo em riste, eu tenho dúvida se lá vai surgir algum candidato de oposição ao senhor na escola. Eu tenho dúvida, eu tenho dúvida!... E mais do que isso, nós, eu e o Dr. Gabriel, não visitamos todas escolas de Mato Grosso, porque não foi possível fazer isso.

O Deputado Carlão Nascimento há pouco lamentava também isso, mas ele ficou mais tempo no poder e não conseguiu visitar as mais de seiscentas escolas de Mato Grosso. É quase que uma indelicadeza cobrar isso! O senhor cobrou aqui, de público! Eu acho que é preciso considerar a história e ver o que é possível ser feito e em que tempo é possível ser feito isso.

Quero dizer a respeito das críticas ao Dr. Gabriel e com relação à discussão da pauta do SINTEP, o Dr. Gabriel recebeu o SINTEP, se não me engano, em três audiências no primeiro semestre. Se não me falha a memória, foram três audiências. Nessas audiências, o SINTEP apresentou a pauta. A pauta foi discutida, dos sete pontos, se não me falha a memória, da pauta da última reunião, cinco pontos foram atendidos prontamente e dois pontos nós não atendemos. O Dr. Gabriel pediu o parecer da PGE, o parecer da Assessoria Jurídica, que não tinha respaldo legal para atender. E isso foi colocado oficialmente para o SINTEP.

Então, não é uma discussão que esteja sendo, assim, empurrada com a barriga, não! E o SINTEP agora tem uma outra reunião agendada conosco, que era exatamente para o dia que houve a mudança de Secretário. Nós pedimos para o SINTEP mudar a data. E nem tinha outras questões, era um ponto de pauta único, para discutir a cedência da nova diretoria eleita para disponibilidade para o sindicato. Então, esse é o ponto de pauta e não há outro ponto de pauta.

Eu percebo que o professor que é filiado ao SINTEP não é órfão, ele tem um sindicato que o representa, aliás, um sindicato combativo, seguro do seu processo de encaminhamento das questões educacionais. Agora, eu acho que nós podemos, Deputada Verinha Araújo, e devemos fazer um trabalho para discutir o mérito. Primeiro, é democrático ou não é democrático? Ajuda a gestão democrática o diretor ficar eleito três mandatos consecutivos? Quatro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ou cinco mandatos? Isso ajuda o processo democrático dentro da escola ou não? É negando aos colegas a participação que nós aprofundamos?

Anteontem eu recebi uma diretora, por sinal, mais ou menos com o seu perfil de qualidade de trabalho, ela praticamente fez a escola renascer. Vieram ela e um grupo que a apóia, o grupo de oposição não veio, discutimos por quase duas horas, com ela e com a comunidade que veio junto, avaliando o seguinte: diretora, se o seu trabalho é um trabalho bem feito, é um trabalho correto, é um trabalho que fez a escola avançar, nenhum outro diretor eleito vai se propor a destruir isso. Então, será que a senhora que tem liderança e que é de boa-fé não consegue, por exemplo, apresentar um nome, sugerir um nome ou apoiar um nome da oposição que está lá na escola para que o seu trabalho seja continuado? E ela saiu bastante convencida de que isso é possível na escola. Eu não acho que a escola tenha que ter uma discussão por baixo, tem que ter discussão por cima nessa questão.

Então, ela tem que discutir a natureza do poder, discutir a questão da democracia, quem é que vai ter a coragem de dizer, ninguém disse aqui ainda que ter três, quatro mandatos consecutivos no poder da escola seja democrático. Ninguém ainda teve a coragem aqui. E isso eu acho que é importante. Discutir a natureza do pleito, o tipo de pleito. Desculpe-me, Deputado Carlão Nascimento, mas a escola não pode se misturar com partido, não. Ela não tem que ter preconceito contra os partidos, não tem que evitar, mas não pode ser misturada com partido político, no sentido estrito do termo. E eu sou um defensor radical da democracia partidária, eu acho que um partido pode chegar na escola, sim. Mas conforme o jeito que ele chega, ele arrebenta a parte pedagógica, ele destrói a parte pedagógica.

Eu gostaria que nós fizéssemos essa discussão, fizéssemos outras, mas não saíssemos do mérito do problema. Porque problema de educação para resolver, o Deputado Carlão Nascimento já discutiu dois anos, a Marlene já discutiu mais um ano seguinte e nós vamos continuar discutindo. Nós estamos fazendo a história da educação do Mato Grosso e nós vamos resolver problemas antigos, outros novos problemas surgirão, mas nesse debate que é pontual, que é específico, se nós fugirmos do mérito que é discussão do poder e discussão da democracia, nós vamos nos perder e não vamos contribuir com os Parlamentares para uma decisão mais tranqüila, mais serena e mais aprofundada. Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Passamos a ouvir, neste momento, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Bom, eu acho que foi importante o debate aqui. Eu acho que valeu a pena iniciarmos essa discussão. Vejam bem que já são quase 17:00 horas e nós iniciamos às 14:30 horas e praticamente aquelas pessoas que estavam no início estão aqui ainda, é sinal de que é uma questão que mexe na unidade escolar, nós ouvimos os dois lados e, por isso, foi importante.

Como eu disse na minha primeira fala, lembro-me que quando fizemos esse debate na rede municipal - o Vilson está aqui -, que fizemos a Conferência Municipal para discutir a lei de gestão do Município, no ano passado, essa questão de ter uma única reeleição, nós passávamos nas escolas e todo mundo falava assim: "Olha, nós só queremos uma única e tal..." Quando foi para a Conferência - ficamos dois dias, não é, Helena? -, reverteu-se, passou lá a reeleição. Por quê? Ah, tem essa história do diretor não sei o quê, mas teve o debate, foram dois dias, todo mundo teve direito de ouvir, de falar. Eu acho que esse momento que tivemos aqui, tenho certeza de que se reflete dentro da unidade escolar também. Se você for a uma escola, vai ouvir lá todo problema do diretor que está no cargo, vai ouvir aqueles que reclamam, mas onde nós vamos resolver essa questão? É dentro da unidade escolar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu até acabei de falar para o jornalista ali: Eu, no meu partido, sempre fui minoria, fui candidata, me elegi, sou Deputada Estadual, enfrentando, lutando. Agora, como é que as pessoas vão se reeleger ou se eleger novamente? É através do voto. O voto é uma forma de expressão. Então, nesse sentido, eu vejo que esse debate aqui... Nós temos que pegar cópia das duas proposições e enviar às unidades escolares, propiciar uma nova audiência pública, em que tenhamos realmente todas as partes da escola, tenha o professor, o pai, o aluno, o pessoal da coordenação pedagógica, ou, então, pensar num fórum. Nós precisamos sair daqui com um encaminhamento. Está certo?

O caminho que está claro aqui é que não dá para votar hoje sem fazermos esse debate. Só que vai chegar um determinado momento e precisaremos tomar uma decisão para votar aqui na Assembléia Legislativa. E qual será esse parâmetro? Vai ser numa nova audiência pública? Vai ser num fórum mais ampliado, para fazermos um debate, além dessas duas proposições, uma avaliação do processo de gestão também?

Nós temos esse seminário do dia 11 e 12 de setembro, que é para instalação do Fórum Estadual de Educação. Se vai ser por aí, nos dias 11 e 12... Quer dizer, eu queria que saíssemos daqui com um encaminhamento com relação a esse caso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAXIMO - Deputada Verinha Araújo, um aparte para eu informar melhor sobre o Fórum.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - O Fórum Estadual de Educação... A Conferência, que deveria ser feita este ano, não é possível por vários motivos, em função do encaminhamento do CONSED, mas fundamentalmente por causa da não-realização das conferências nos municípios. Então, o Fórum decidiu que vai fazer um seminário, se não me engano, dias 11 e 12 agora, com os secretários municipais, com os representantes dos 15 pólos do SINTEP, com o Presidente do Conselho Deliberativo, se não me engano em torno de trezentas pessoas, para deflagrar o processo das conferências nos municípios. Após a deflagração do processo lá viremos para a conferência estadual, porque seria muito ruim inverter essa pauta, fechar o Plano Estadual de Educação antes de fazer as conferências nos municípios. Alguns municípios, muito poucos fizeram e alguns não fizeram adequadamente.

Eu quero entregar também para a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social um documento importante com dados e é até importante que os senhores tomem conhecimento. São 574 escolas que participam do processo eleitoral. Dessas, 265 diretores, 46,16%, estão ocupando o cargo por dois ou mais mandatos consecutivos. Então, nesses 46% é que está o debate e não nas 53%, porque não faz sentido, porque são diretores de primeiro mandato. Os que estão com segundo mandato são 46% e quero passar às mãos da Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Quero dizer, para concluir, que precisamos sair daqui com um encaminhamento com relação a esse debate, que, pela fala da Secretária, não é só a questão da recondução do mandato. Na sua fala, a Secretária coloca a questão da participação dos estudantes e dos pais, que vai além disso. Não sei se essa é uma posição oficial da Secretaria de Educação e isso precisa ficar claro.

Tem uma outra questão que foi introduzida que é a dos diretores indicados. Se há cem diretores indicados, a primeira atitude dela nessa semana deve ser abrir o processo de eleição para essas escolas. Não pode continuar a indicação de diretores. Isso é um flagrante desrespeito à Lei de Gestão Democrática. Então, precisa ver isso.

Eu proponho aqui que tenhamos um encaminhamento para o próximo período, que não vote nada para que tenhamos um encaminhamento definido. Mande o projeto para as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

unidades escolares discutirem. Vamos ter uma audiência pública com representações dos segmentos para fecharmos posição, inclusive para que a Assembléia Legislativa se posicione, os Deputados que queiram seguir uma posição de audiência, porque nós sabemos que tem Deputado que segue, outros não, vão agir de acordo com outras decisões que o Deputado tem, que não tem como tolher.

Quando nós votamos na Câmara, no ano passado, um projeto que veio de uma conferência municipal, eu me lembro que havia vereadores que contestavam algumas decisões da conferência, mas nós defendemos a decisão da conferência, porque ela foi amplamente discutida.

Vocês precisam acompanhar isso também, ter uma conversar com os Deputados que não estiveram aqui na Audiência Pública hoje.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Finalizando as suas palavras, a Sr^a Aparecida Cortez, representando o SINTEP do Estado de Mato Grosso.

A SR^a APARECIDA CORTEZ - É verdade, Sr. Máximo, nós tivemos realmente três audiências, mas ainda temos pontos da última audiência que a Secretaria ainda não atendeu, não dos que já estavam acordados como certo. Quem já estava com o seu processo tramitando deveria ter a sua homologação da elevação de classe, isso ainda está parado, isso não foi resolvido. Temos também a situação do projeto Arara Azul, que já foi tratado em um ponto anterior e até hoje a Secretaria não colocou quando é que iniciam novas turmas.

E ainda temos o que nós vamos tratar daqui para frente, que o Dr. Gabriel tinha proposto, que nós separássemos por eixos, um eixo financeiro para tratar de tudo isso... No eixo financeiro, tem a nossa recomposição, a nossa campanha salarial que também precisa ter uma resposta da Secretaria, do Governo do Estado.

E outra ainda que nós vamos avançar que é a formulação de um regime de colaboração, uma proposição sobre regime de colaboração, sobre as conferências, que é ponto ainda que nós temos que estar abordando nas próximas audiências.

Concordo plenamente quando o Sr. Máximo coloca que nós estamos invertendo o eixo da discussão, mas essa inversão não é trazida pelos profissionais, foi exatamente a fala de quem está trazendo a propositura de alteração que nos induziu a trazer outros elementos que não estavam sendo colocados. Nós é que trouxemos que para discutir gestão democrática, para discutir democracia, não é o fato de ter ou não ter lei, não é o fato de estar conduzindo por uma vez ou por nenhuma vez que vai trazer a democracia. Não é o fato de ter um artigo dizendo que só pode por dois ou três anos que traz a democracia, não é isso que vai eliminar as oligarquias, os feudos. O próprio Sr. Máximo colocou que não pode ter ingerência política.

Infelizmente a Secretária não está aqui, mas nós encaminhamos três municípios. Está lavrado em ata que devido ao PPS estar no Governo, ele teria o direito de estar fazendo a discussão e a indicação da direção. Um deles nós conseguimos reverter, que é o caso de Dom Aquino, mas o de Barão de Melgaço permaneceu, o de Cangas, em Poconé, permaneceu. Então, na verdade essas são coisas que precisam ser também colocadas.

Quero aproveitar que o Prefeito de Rondolândia esteve na Mesa para dizer que também o Sindicato não concorda com qualquer tipo... Se tem algum que precisa ser apurado que seja feito, mas que sejam garantidos todos os processos para serem apurados, que seja aberta a sindicância, inquérito administrativo para que seja revisto. Nós não acobertamos diretor ou diretora que por acaso tenha cometido qualquer prejuízo, tanto do ponto de vista financeiro quanto pedagógico. Nós somos os primeiros a fazer, os primeiros a denunciar.

E aí quero lembrar, Secretária - que não está aqui, mas com certeza chegará -, que existem processos de Rondolândia, denunciando as arbitrariedades, o autoritarismo, a ausência de lei de gestão, que está imperando naquele município, inclusive o senhor tem conhecimento, porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

tratamos diretamente com o senhor. Foi uma equipe da Secretaria lá, mas, infelizmente, não resolveu a situação. Continua com companheiros qualificados, em nível de mestrado, sem aula, em função de que as aulas estão reservadas para uma outra pessoa que nem da área da educação é. Então, nós somos os primeiros a levar a denúncia e queremos que seja tratada aqui.

Temos o caso de Santa Helena, inclusive ontem dois companheiros foram demitidos em função de que denunciaram desvio de verba do FUNDEF. Temos o caso de Campinápolis também denunciado na Secretaria por desvio de verba. Temos os casos de gestão única para denunciar. Enfim, todos os casos de gestão única que também levamos. Então, o Sindicato não tem conivência e quer que sejam apuradas. O fato de ter sindicância não diz que o diretor é bom ou não. Enfim, está invertido isso.

A Secretária, quando colocou que existem outros projetos que ela encaminhou, revela mais coisas, inclusive um que altera a lei de carreira. Ela anunciou aqui que tem projeto introduzindo novos profissionais na área da educação. Nós não tivemos conhecimento disso e nem o Sindicato. Portanto, nós queremos saber que projetos são esses, que área, de onde vem o recurso? Como é que isso está sendo tratado aqui? E não podemos esquecer, nesses processos de apuração de irregularidades, de cobrar desta Casa uma maior transparência e como está sendo tratado o caso do crime organizado no Estado de Mato Grosso. Porque é dinheiro público, é dinheiro que também tem que ir para a educação e que até hoje nós não sabemos de que forma isso está sendo conduzido pela Assembléia Legislativa.

E aí, companheiros e companheiras, nós precisamos tomar posição, Renata, dentro da escola. Se temos lá na escola alguém, em nome de ser eleita ou ser eleito, que pratica o autoritarismo, nossa posição tem que ser, no mínimo, de se colocar como candidato na próxima eleição e disputar com ela. Nós não vamos ter a ilusão de que o fato de ser dois anos vai garantir essa democracia. Não! O que vai garantir é como eu me coloco, como eu me posiciono dentro da escola, como eu faço o enfrentamento e como é que eu vou ser respeitada pela minha comunidade.

Então, é isso. O sindicato não está discutindo se tem que ser de dois anos, se tem que ter uma recondução, mas é como que isso chegou para nós, enquanto categoria. Por isso que nós temos que aprofundar e o debate na escola é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu quero apenas dizer que eu já tive a oportunidade de ser Secretário e acho que depois que passa, eu acho que tudo que eu fiz ali, bom ou ruim, serve de reflexão hoje na minha vida para eu acertar mais. Acho que acertei até mais do que erre lá na Secretaria.

Gostaria de dizer ao Sr. Gilmar que eu não tenho conhecimento de nenhuma sindicância ou denúncia que chegou às minhas mãos que eu não tenha tomado decisão na Secretaria. Posso ter errado por muita coisa, menos por omissão de ter tomado decisão. Pelo contrário, todas que vieram às minhas mãos, eu tomei decisão, mandei abrir sindicância, não sei o resultado, mas que eu tomei decisão, tomei! Portanto, deve ter sido um dos erros que eu tenha cometido lá, de não ter chegado até o final da apuração desse caso. Mas eu recebo a crítica e acho que toda crítica é construtiva, a não ser quando se quer destruir a pessoa. Mas a crítica para mim é bastante construtiva.

Quero dizer que vim aqui também com a determinação de ter argumentos que me convencesse de que esse projeto é importante para a construção da educação do Estado de Mato Grosso. Confesso a todos que saio daqui do jeito que cheguei, sem tomar uma decisão clara, porque não fui convencido pelos propositores dessa idéia de que isso resolve o problema de escola.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu fico triste quando vejo um professor, que vive um momento tão democrático neste Estado, dizer que ainda sofre pressão dentro de uma escola e fica quieto. Um profissional da educação! Eu lamento que isso ainda ocorra...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Pois é! Mas eu acho que isso é coisa de um passado tão longo, que eu não gosto nem mais de ouvir falar nisso. Eu acho que nós temos força, o profissional da educação tem força para isso, tem os mecanismos para isso e é capaz de resolver. Nem os prefeitos, hoje em dia, não fazem mais tanta pressão assim como faziam antigamente. Essa é a visão de quem anda muito pelo Estado, de quem teve a oportunidade de conhecer 550 das 610 escolas que o Estado tem. Aprendi muito nesse período.

Ouvi também: “Ah, vamos reduzir mandato de Deputado”. Olha, se for de dois, três ou de quatro anos, tem que ser candidato e ganhar eleição. É isso! A mesma coisa é na escola! Para mim, se o mandato for de dois anos e eu decidir ser candidato, eu vou ser candidato para ganhar ou para perder eleição. Quer dizer, tem que ter essa coragem!

Então, eu vejo, Sr. Máximo, que o problema realmente é mérito, concordo plenamente. Ouvi atentamente a Secretária Ana Carla Muniz e não me convenceu. Não me convenceu ainda, posso me convencer, não sou daqueles que acho que sou dono da verdade, não. Não me convenceu ainda, não, de que isso resolve o problema da escola.

Também ouvi falar aqui em indicações políticas. Eu fui Secretário e não tenho conhecimento de que nomeei um diretor com indicação política, sempre observei o processo e quando não tinha eleição mandava lá uma lista tríplice. Eu mandava analisar o currículo e era em cima disso que nós sempre decidimos. Mas tive o desprazer de alguns diretores que estavam na escola, nomeados assim, ser demitidos nessa gestão. Ele disse assim: “Porque você é do Governo passado...” E cito aqui claramente o caso do Município de Barão de Melgaço, sei que foi o Sr. Carlos Brito, Chefe da Casa Civil, que indicou o diretor lá, que não era professor da escola, era interino, veio de fora para aquela escola, foi contratado lá como diretor da escola. Interino, foi contratado, veio de fora, não tinha nada a ver com a comunidade escolar. Aconteceu isso no Município de Barão de Melgaço e em outras cidades do Estado.

Portanto, eu quero, Secretária Ana Carla Muniz, desejar muitas felicidades a Vossa Excelência frente à Secretaria de Educação. Faço aqui oposição ao Governo, mas Vossa Excelência sabe que de que forma eu faço oposição, é muito em cima das propostas que o Governo fez. Como ele ganhou as eleições, nós temos que respeitar um programa de governo que ele discutiu com a sociedade e que foi vencedor. Eu só vou cobrar isso.

Conte conosco para votar todos os projetos de interesse da educação. Isso eu garanto para os senhores. O que eu puder fazer para que essa discussão chegue até a escola, eu vou fazer.

Portanto, esse projeto não deve e não vai interferir nas próximas eleições de diretor, porque vou querer discutir isso com toda sociedade, porque não estou preparado para votar. Com essa reunião de hoje, vou ter que participar de várias e várias reuniões. Se for pelo que ouvi hoje aqui, eu voto contra e vou defender, lá no plenário, a derrubada. Por que eu digo isso? Porque alguém falou assim: “Você está discutindo, porque foi discutido com a sociedade e não pode mudar”. Pode! É uma lei que é fruto de uma grande discussão. Se houver essa grande discussão novamente e sair das bases que deve ser mudada essa lei, conte com o meu voto.

Portanto, vou procurar fazer essa discussão com a sociedade, vou obstruir essa votação, onde for, na Comissão, no plenário, usarei o Regimento Interno e todo poder que eu tiver,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

como Deputado aqui, para que essa discussão chegue até a escola, e aí vocês contem comigo, porque o meu voto é o voto dos profissionais da educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Nós vamos ouvir a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu só vou responder aqui uma questão que a Cida colocou na fala dela, e quero que os companheiros prestem atenção, sobre a questão do crime organizado. Eu vou responder por mim e pelo meu companheiro Ságuas, pela Bancada do PT.

Nós, desde o primeiro momento, votamos contra a atual Mesa Diretora. Isso é público. Os dois votos NÃO à atual Mesa foram dessa Bancada. Participei de todas as manifestações públicas quanto a situação da Assembléia Legislativa e manifestei no programa do meu partido ao lado do Ministério Público Estadual e Federal. Temos feito várias falas na Assembléia Legislativa. Temos cobrado. Tive um embate aqui com um Deputado desta Casa, que foi público, que foi para a TV. Então, essa carapuça não cabe na minha cabeça.

Eu, do ponto de vista de Deputada, tenho feito a minha parte. Portanto, infelizmente, além do espaço, precisamos ter mais Deputados e, por enquanto, não temos número suficiente para fazer o que a Assembléia Legislativa deveria fazer. Agora, a Justiça está fazendo a sua parte, está apoiando, e vocês acompanhem todos os passos dela e apóiem.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu vou pedir a palavra para dizer ao Professor Amauri, meu colega Professor, que muito do que aconteceu, nesses últimos anos, melhorou muito a educação deste Estado. Eu tenho dados concretos da nossa participação em tudo isso, mas não é esse o fórum para discutir isso.

Nós estamos discutindo aqui uma lei democrática que foi feita pelo Governo passado. Se os senhores não sabem, em 1998, quando foi feita essa lei, enquadrámos todos os profissionais da educação do Estado. Em 1995, quando Dante de Oliveira assumiu, ele deu 38% de aumento. Em 1997, deu 43%. Em 1998, houve o enquadramento e teve uma média salarial e a média de reajuste foi de 13%. Eu enfrentei com os senhores uma greve de 48 dias, lembra-me aqui a companheira do Sindicato, quando houve uma reposição salarial de 25% no Governo passado. Quer dizer, 25% na folha de dezembro do ano passado...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Portanto, eu posso discutir isso com o senhor em qualquer outro fórum, e me sinto bastante à vontade, porque eu sei e os senhores todos sabem dos avanços que tivemos na educação de Mato Grosso. Se quiserem discutir no campo político, discuto também. Eu estou muito bem à vontade e me sinto muito tranquilo. Andei o Estado inteiro como profissional da educação e como Secretário da Educação, discuti com todo mundo e em qualquer lugar. Portanto, eu tenho a minha consciência tranqüila de que fizemos muito pela educação deste Estado nesses últimos anos. Então, discuto com o senhor em qualquer lugar. Quando o senhor quiser debater sobre as questões da educação dos últimos oito anos eu discuto. Oxalá o atual Governo possa fazer o que fizemos em oito anos de Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Para finalizar, ouviremos o Secretário-Adjunto de Política Educacional, Professor Antônio Carlos Máximo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Apenas para me despedir e dizer para a Assembléia Legislativa que estamos com a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, estamos abertos. Esse é um debate que, particularmente, eu gosto. Sou apaixonado por essa temática, até porque na minha tese de doutorado, estudei muito essa questão da natureza do poder e da natureza da democracia. Então, é um debate, para mim, tranqüilo e sereno e estou aberto a esse debate em qualquer fórum e para ser convocado pela Assembléia Legislativa, pela Comissão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI
Nº 7.040, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES, REALIZADA
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social quantas vezes forem necessárias para essa discussão.

Um grande abraço a todos e acho que estamos começando bem com esse debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Acreditamos que esta Audiência Pública estreitou o relacionamento dos profissionais da educação com a Secretaria de Estado de Educação, com a Secretária Ana Carla Muniz, com a Assembléia Legislativa do Estado, onde pudemos colocar aqui, Secretária, nossos pensamentos de forma livre e espontânea.

Com a palavra, a Secretária Ana Carla Muniz.

A SRª ANA CARLA MUNIZ - Eu também só quero agradecer e dizer a todos os profissionais da educação que nós queremos, e pensamos muito quando assumimos a Secretaria, trabalhar com muita parceira, com muito diálogo.

E já começamos uma discussão dentro da Secretaria. Na semana que vem, nós vamos estar aprofundando melhor uma discussão de planejamento de gestão, uma discussão de uma proposta pedagógica, e todos vocês estarão discutindo, começamos a discutir com o Professor Máximo que é uma pessoa totalmente aberta, inclusive a novos desafios.

Eu quero me colocar como parceira de vocês, e de nenhuma forma como uma Secretária que possa estar de costas para a categoria. São vocês que fazem a educação deste Estado, todos, desde o mais humilde até o mais graduado. Eu estou lá para ser o elo entre vocês. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Queremos agradecer a presença de todas as autoridades, das entidades de classes. A todos os presentes, o nosso muito obrigado.

Está encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosivânia Ribeiro de França;
- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.